

1

1

2

**ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

3Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Reunião Ordinária  
4do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta  
5Capital, com o início às quatorze horas e vinte e quatro minutos, com a presença dos seguintes  
6Conselheiros: **Sr. Flávio Vaz Netto**, Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Luiz Paulo**  
7**Rodrigues Cunha**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Marcos Palombine**,  
8Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Antônio L. Ruas Neto**,  
9Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho**, Representante do  
10Secretário da Cultura; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sr.**  
11**Luiz Gustavo Trindade**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sr.**  
12**Cláudio Dilda**, Representante Titular da FEPAM; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da  
13AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Sérgio Cardoso e Sr.**  
14**Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente, dos Comitês de  
15Bacias Hidrográficas; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo  
16Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição  
17Universitária Pública, **Sra. Elisabete Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária  
18Privada; **Sr. Edu Ricardo Beltrame**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio  
19Grande do Sul; **Sr. Círio Augusto de Azevedo da Silva**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr.**  
20**Clebes Pinheiro e Sr. Eduardo Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico  
21da FEPAM. Participaram também o Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior, DEFAP; Sra. Ana Maria Cruget,  
22FEPAM e Ana Elisabete Cararas, Pró-Guaíba. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Dilda,  
23Presidente da CONSEMA. **Pauta: 1. Aprovação das Atas da 59ª Reunião Ordinária e 26ª Reunião**  
24**Extraordinária do CONSEMA; 2. Lei de Saneamento; 3. Delimitação do Parque Estadual Delta**  
25**do Jacuí; 4. Encaminhamento acerca da Questão da Capina Química; 5. Aprovação da**  
26**Resolução que Regula o Pedido de Vista a Processos no CONSEMA; 6. Assuntos Gerais. Sr.**  
27**Presidente:** Vamos dar início a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Boa-  
28tarde, sejam bem-vindos. Mesmo que não tenhamos ainda o *quorum* regimental e coloquemos temas  
29a serem aqui apresentados e debatidos, até porque faltam poucas pessoas para que o *quorum* se  
30complete, nós abríamos esta reunião, remetendo, então, para o segundo momento aquele que é o  
31primeiro item da pauta de hoje, qual seja a Aprovação das Atas da 59ª Reunião Ordinária e da 26ª da  
32Reunião Extraordinária. Assim sendo, então, nós abríamos esta 60ª Reunião Ordinária do  
33CONSEMA com o Secretário Flávio Vaz Netto, aqui, por pedido de Conselheiros do Conselho.  
34Gostaria de colocar para este Conselho que foi feita a manifestação escrita ao Poder Legislativo,  
35assim como considerando que a Lei de Saneamento já está aprovada, nós solicitamos que a  
36Secretaria de Obras e Saneamento viesse até este Conselho e se manifestasse. Então, passo ao  
37Secretário a palavra para o fim de fazer a abordagem relativamente à lei aprovada, a Lei de  
38Saneamento. **2. Lei de Saneamento. Sr. Flávio Vaz Netto:** Boa-tarde, Sr. Presidente do Conselho e  
39cumprimentar os Conselheiros e Conselheiras. E dizer da satisfação que tenho em estar hoje aqui  
40perante este Colegiado e ter a oportunidade de informar ao Conselho a respeito da lei aprovada na  
41Assembléia Legislativa que instituiu a Política Estadual de Saneamento. Não sem antes dizer que era  
42desejo do Secretário Frederico Antunes estar aqui hoje para fazê-lo, pessoalmente, mas por  
43convocação do Palácio acabou tendo que cumprir uma outra agenda e me proporcionou esta  
44oportunidade. Dizer ao Conselho que logo que assumimos a Secretaria de Obras Públicas e  
45Saneamento, em discussões técnicas que levamos a efeito com diferentes setores que dão conta,  
46que participam das questões que dizem respeito às competências da Secretaria de Obras Pública e  
47Saneamento tivemos a compreensão que era necessário romper um ciclo que vinha acontecendo no  
48Estado do Rio Grande do Sul, como de resto em boa parte do País, ou em quase todo o País. E que a  
49discussão das questões inerentes ao saneamento, uma Política Estadual de Saneamento acabava  
50reduzindo às questões meramente acadêmicas; ou seja, a discussão ficava em torno das questões  
51acadêmicas que diziam respeito ao tema. Secretário Luiz Paulo, alegria em vê-lo e saudá-lo. E  
52recolhemos depoimentos de técnicos do setor dando conta de que há mais de vinte anos se discutiam  
53as questões inerentes para a instituição de uma Política Estadual de Saneamento. Então, de plano, foi  
54tomada a decisão política pelo Governo Germano Rigotto, e o Secretário Frederico Antunes foi  
55enfático nisso, de que se mérito pudesse haver, num primeiro momento, com relação à instituição da  
56Política Estadual de Saneamento ou a gestões empreendidas nesse sentido, haveria de sê-lo para  
57romper esse ciclo. Na verdade, um verdadeiro ciclo vicioso em que não se conseguia dar curso a  
58essas questões. Falo disso para dizer que não se tem a pretensão de se ter uma lei perfeita e  
59acabada. Acho que há espaço, na seqüência, para os ajustes, aprimoramentos, de tal forma que os  
60princípios e objetivos dessa legislação, que começa com a lei que instituiu a Política Estadual de

61Saneamento, com a sua regulamentação que virá a seguir. Por ter a compreensão da dificuldade  
62histórica de se ter um instrumento, um verdadeiro marco regulatório para o setor, é que nós  
63estabelecemos, como meta para esse primeiro ano da Administração Germano Rigotto, submeter à  
64Assembleia Legislativa um texto, um projeto de lei, que mereceu cerca de seis meses de discussões  
65em diferentes instâncias técnicas. E a discussão foi estritamente técnica, a discussão política se deu  
66no fórum próprio, que é a Assembleia Legislativa. E se conseguiu fazer com que se cumprisse o seu  
67objetivo, de tal forma que ainda no final do ano passado nós, depois de negociações com todas as  
68bancadas da Assembleia Legislativa, conseguimos ver aprovada a lei estadual. Eu tenho comigo  
69algumas cópias aqui, que ficam à disposição do Conselho, que é a Lei n.º 12.037. E essa lei teve por  
70orientação os seguintes princípios: esse *datashow* foi elaborado e não perdeu a atualidade porque  
71poucas modificações nós haveremos de notar, mas algumas questões inerentes ao que é o projeto,  
72na verdade, o que é a lei: *é uma proposta de normatização que tem por finalidade disciplinar o*  
73*planejamento e as execuções das ações, obras e serviços de saneamento no Estado, respeitadas as*  
74*atribuições e competências constitucionais dos entes federados*. Por que essa medida nos pareceu  
75necessária? Porque as ações de saneamento estão pulverizadas em diversos órgãos da estrutura  
76administrativa do Estado, com resultados difusos, onerosos e de duvidosa eficácia, necessitando que  
77seja estabelecida uma política que coordene o processo, visando a uniformizar e racionalizar a  
78aplicação dos recursos, evitando a dualidade ou a descontinuidade de programas e/ou projetos com o  
79objetivo de atingir a universalidade na prestação dos serviços. Os objetivos dessa lei: *são*  
80*assegurados os benefícios de salubridade mental à totalidade da população do Estado; promover a*  
81*mobilização e integração dos recursos tecnológicos, econômicos, financeiros e administrativos*  
82*disponíveis; promover o desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial do serviço*  
83*público de saneamento do Estado; promover a organização, planejamento e o desenvolvimento do*  
84*setor de saneamento no Estado*. A função econômica é racionalizar a aplicação dos recursos públicos  
85destinados ao saneamento básico e ambiental no Estado. As diretrizes que nortearam a instituição  
86dessa política: *a melhoria dos índices de saúde pública e do meio ambiente, diretamente refletidos em*  
87*indicativos de melhor qualidade de vida; compatibilidade das informações e ações em saneamento*  
88*com aquelas de recursos hídricos*. A estrutura desse projeto é a seguinte: os instrumentos que foram  
89idealizados para a formulação e implantação da Política Estadual de Saneamento consistem num  
90Sistema Estadual de Saneamento, que vamos ver a seguir do que se trata: um Plano Estadual de  
91Saneamento, um Fundo Estadual de Saneamento, um Código Estadual de Saneamento e ainda um  
92Programa Permanente de Controle de Qualidade do Serviço e Saneamento. A Superintendência  
93Estadual de Serviços Sanitários foi suprimida do projeto em negociações empreendidas na  
94Assembleia Legislativa e um sistema de informações gerais em saneamento. O Sistema Estadual de  
95Saneamento consiste em: *um conjunto de agentes que interagem de modo articulado e cooperativo*  
96*para a formulação, execução e atualização do Plano Estadual de Saneamento, de acordo com os*  
97*conceitos objetivos e instrumentos da Política Estadual de Saneamento*. A estrutura básica instituída  
98pela lei para composição do Sistema Estadual de Saneamento consiste na reunião dos agentes  
99enunciados nessa tela, que são: usuários, concessionárias, órgãos municipais e estaduais, órgãos  
100gestores de recursos hídricos e ambientais, secretarias estaduais e municipais de saneamento e/ou  
101saúde pública, permissionárias e empresas consultoras. E ainda construtoras, fabricantes,  
102associações, profissionais da área de saneamento, saúde, recursos hídricos e meio ambiente,  
103agência de regulação do Estado, órgãos e Entidades da União da área de saneamento, saúde e meio  
104ambiente com representatividade no Estado. A estrutura básica do Sistema Estadual de Saneamento  
105consiste no Conselho Estadual de Saneamento, que é um Colegiado que será dirigido por uma  
106Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas Setoriais. O Plano Estadual de Saneamento, a definição  
107consiste em: *um conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e*  
108*instrumentos, programas e execução, avaliação e controle, que consubstanciam, organizam e*  
109*integram o planejamento e a execução das ações de saneamento no Estado de acordo com o*  
110*estabelecido na política estadual de saneamento*. Eu devo dizer que o Plano Estadual de  
111Saneamento, se nós conseguirmos tê-lo de forma amplamente discutida e reduzi às questões  
112eminentemente técnicas, certamente nós podemos mudar em médio prazo a história do saneamento  
113aqui no Estado. O Fundo Estadual de Saneamento que está criado, mas demandará ainda uma lei  
114específica para a sua instrumentação: *consiste no instrumento institucional, de caráter financeiro,*  
115*destinado a reunir e canalizar recursos financeiros para a execução dos programas no Plano Estadual*  
116*de Saneamento*. Código Estadual de Saneamento: *instrumento institucional de caráter disciplinador,*  
117*sancionador e normativo dos requisitos básicos e fundamentais para a prestação dos serviços de*  
118*abastecimento de água, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasoso;*

119*promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de redes*  
120*transmissíveis e demais serviços e obras especializadas.* Isso aqui também demandará lei específica  
121para a sua instituição. Essa é a síntese da Lei 12.037. Eu aduziria apenas, Presidente, já me  
122encaminhado para o encerramento da nossa exposição, e deixando à disposição dos Conselheiros  
123cópias da lei para consulta, de que a composição do Sistema Estadual de Saneamento ficou ali  
124tratada de forma genérica, ficou reduzida ao seguinte, no art. 9º, da lei referida: *dos usuários do*  
125*serviço público de saneamento; das concessionárias, as permissionárias e dos órgãos municipais e*  
126*estaduais prestadores de serviço público de saneamento; das secretarias estaduais e municipais*  
127*envolvidas com atuação na área de saneamento e da saúde pública; das Entidades de pesquisa de*  
128*ensino e desenvolvimento tecnológico e gerencial da área de saneamento; dos órgãos gestores de*  
129*recursos hídricos e ambientais relativos ao saneamento; dos órgãos responsáveis pelo planejamento*  
130*estratégico e pela gestão financeira do Estado; dos órgãos representativos das empresas consultoras,*  
131*construtoras, fabricantes e fornecedores de materiais e equipamentos e serviços de saneamento dos*  
132*representantes da cadeia produtiva do Estado; das associações profissionais das áreas de*  
133*saneamento, da saúde, dos recursos hídricos e do meio ambiente; dos órgãos estaduais*  
134*responsáveis pela promoção do desenvolvimento dos municípios; da Agência de Regulação do*  
135*Estado do Rio Grande do Sul; dos órgãos, ou Entidades da União que atuam na área de saneamento,*  
136*recursos hídricos e meio ambiente do Estado, e dos eventuais consórcios intermunicipais por bacias*  
137*hidrográficas, porventura, existentes no Estado.* Eu devo dizer que essa composição deriva de  
138alteração que resultou votada em forma de Emenda na Assembléia Legislativa do Estado, e, portanto,  
139não se trata da proposta original que estava inserida no projeto de lei encaminhado à Assembléia  
140Legislativa e que resultou na Lei 12.037. Reitero, Presidente, temos a visão clara de que o maior  
141mérito dessa lei é instituir a Política Estadual de Saneamento como um ponto dentro desse conceito  
142geral que está posto aí. Evidentemente, que essa lei demandará, no mínimo, outras duas leis e alguns  
143decretos para a sua regulamentação, ocasião em que ter-se-á a oportunidade de aprofundar o debate.  
144E aquelas questões que resultarem por conta de todos os agentes que atuam na área de  
145saneamento, é conveniente aqui, ou ali, fazer ajustes à lei que possam implicar inclusive na sua  
146alteração. Devo dizer que sob o ponto de vista da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, que  
147tomou iniciativa dessa ação política, não há nenhuma predisposição, nenhum preconceito, nenhum  
148condicionamento de obra perfeita e acabada. Portanto, digo isso, acho, penso eu, penso não, estou  
149convencido que em um fórum em que precisa saber disso, porque aqui as coisas, evidentemente,  
150pela relevância da tarefa do Conselho, das competências institucionais do Conselho, essa questão do  
151saneamento será o objeto como tem sido de permanência em debates. Portanto, todos os  
152provimentos que daqui, Presidente, vierem a concorrer para o aprimoramento da lei e para a sua  
153regulamentação, serão muito bem-vindos. A todos, muito obrigado. **Sr. Presidente:** Srs.  
154Conselheiros, com a palavra, nesse momento, se quiserem questionar acerca da explanação feita  
155pelo Secretário Flávio Vaz Netto. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** O Secretário referiu a necessidade de  
156lançar mais duas leis. Quais os pontos que ficaram pendentes em termos de leis? **Sr. Flávio Vaz**  
157**Netto:** Na verdade, por uma questão de competência legislativa e de hierarquia das normas. O  
158Fundo, por exemplo, Estadual de Saneamento exige, por questão do processo legislativo, que ele  
159vem em forma de lei. A outra é o Código Estadual de Saneamento, que pela natureza disciplinadora,  
160enfim, vaio disciplinar sanção, obrigações e deveres, também o seu formato deverá ser por lei. Por  
161isso que aqui apenas foi tratado da diretriz geral da Política Estadual de Saneamento, agora terá  
162esses dois desdobramentos em forma de lei própria e os demais itens como sistema, enfim, as outras  
163questões que foram abordadas aqui serão regulamentadas por decreto. **Sra. Kathia Maria**  
164**Vasconcellos Monteiro:** Eu só quero aproveitar a oportunidade para externar que o Núcleo Amigos  
165da Terra lamenta profundamente que essa lei tenha tramitado em regime de urgência na Assembléia  
166Legislativa. Nós entendemos que uma lei, com essa importância, teria que ter tido debates com a  
167sociedade civil, com toda a sociedade, não só com a sociedade civil organizada. A lei foi aprovada,  
168sancionada. Então, nesse momento só nos resta lamentar, porque, com certeza, pontos têm que  
169serem melhorados e agora vai ficar muito mais demorado, muito mais burocrático alterar essa lei. **Sr.**  
170**Flávio Vaz Netto:** Gostaria de agradecer a contribuição da Conselheira e argumentar, de forma  
171diversa, porque fiz questão de enfatizar isso no mínimo por duas vezes quando da minha exposição.  
172Nós somos, na verdade, ocupados e preocupados em romper um ciclo que é a história externada  
173pelos técnicos que lidam com o setor davam conta que há vinte anos se fazia isso. Nós sabíamos de  
174que se esse ano não passasse na Assembléia Legislativa, e aqui uma questão pragmática, este é um  
175ano eleitoral, nós sabemos que se fosse para as Comissões, e não temos nenhum problema, não  
176teríamos nenhum problema de que isso tivesse sido debatido nas Comissões, porque teríamos esse

177debate ao longo deste ano inteiro, mas no ano que vem continuaríamos convencidos de que  
178ficariamos de novo no ciclo da retórica sem dar conseqüência a isso. Como afirmei também de que  
179não temos a pretensão de que seja um produto acabado, e acho que todas as modificações agora  
180são muito mais rápidas de fazer do que antes de se dar esse pontapé inicial. Também gostaria de  
181esclarecer o Conselho que durante seis meses todos os agentes envolvidas nesse setor, inclusive  
182representantes aqui da Secretaria de Meio Ambiente, de algumas bacias hidrográficas estiveram  
183presentes, como sociedades de engenharia, com autoridades convidadas, os órgãos que atuam, e  
184debater essa questão. Eu mesmo aqui neste Conselho estive, em outra ocasião, com a presença do  
185Secretário Wenzel, antes da votação da Assembléia, ocasião em que eu ouvi essa queixa e naquela  
186ocasião também externei essa preocupação de que o mais importante agora, muito mais do que  
187possa conter a lei na Assembléia seria romper esse círculo vicioso que nos encontramos. **Sr. Sérgio**  
188**Cardoso:** Como representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul, só  
189gostaria de deixar registrado que os Comitês de Bacias Hidrográficas participaram de apenas uma  
190oficina, como uma forma de cordialidade, já que a ABES que estava organizando a oficina. Então,  
191nós, os Comitês de Bacias Hidrográficas, em nenhum momento endossamos o projeto que aqui está  
192e foi aprovado na Assembléia, inclusive com algumas discordâncias e algum amadurecimento se os  
193comitês deveriam fazer parte do processo. Então, como foi citado, os Comitês de Bacias  
194Hidrográficas, gostaria de deixar essa clareza para a Plenária que nós não abonamos a lei que foi  
195aprovada. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Nós trouxemos algumas considerações, inclusive já por escrito,  
196em relação à lei, que depois vamos encaminhar direto ao Presidente do CONSEMA. Eu gostaria de  
197ler para o Plenário, então, essas considerações: *A AGAPAN propõe ao Plenário do CONSEMA que*  
198*seja encaminhada à Câmara Técnica de Gestão das Águas a Lei 12.037/3, que dispõe sobre a*  
199*Política Estadual de Saneamento para análise dos quesitos abaixo relacionados, bem como o*  
200*encaminhamento ao setor jurídico para um parecer sobre a constitucionalidade da referida lei. 1 –*  
201*Criar as Comissões Regionais de Saneamento, cujo a área de atuação será a mesma do COREDs, e,*  
202*ao mesmo tempo, determinar que o Plano Estadual de Saneamento terá por base a bacia hidrográfica*  
203*como unidade de planejamento, compatibilizando com o Plano Estadual de Recursos Hídricos,*  
204*contrariando a Constituição Estadual, que determina que a formulação da Política Estadual de*  
205*Saneamento deverá ser feita de forma integrada com o Sistema Único de Saúde e suas instâncias*  
206*deliberativas; 2- Caberá ao Conselho Estadual de saneamento definir os parâmetros de qualidade*  
207*ambiental dos recursos hídricos no meio físico e biótipo, para afluentes de empresas públicas e*  
208*privadas, resíduos líquidos e sólidos, extrapolando a competência do órgão ambiental e de saúde,*  
209*também gerando duplo investimento de receita do Estado, pois já existe um Sistema Estadual de*  
210*Saúde, o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, como órgãos constituintes do SUS e do*  
211*SISNAMA, respectivamente. Mais uma vez contraria a Constituição Estadual, que permite ao*  
212*SISNAMA, ao Estado, apenas criar um órgão técnico normativo e de execução do serviço de*  
213*saneamento; 3 – A Política Estadual de Saneamento dispõe que o Sistema Estadual de Saneamento*  
214*deverá formular mecanismos que assegurem à população a participação no planejamento e a*  
215*execução de ações de fiscalização nos serviços e obras de saneamento. Entretanto, ao criar o seu*  
216*órgão formulador da política de saneamento, não previu a participação da população no Conselho*  
217*Estadual de Saneamento, e não faz referência que o órgão deliberativo da política de saneamento é o*  
218*Conselho de Saúde, conforme consta na Constituição Estadual; 4 – Ao atribuir competências que a*  
219*Constituição Estadual garante aos órgãos de meio ambiente e de saúde, a Secretaria de Obras*  
220*Públicas, não estaria o legislador ferindo a Carta Maior do Estado, criando o Sistema Estadual de*  
221*Saneamento por meio de lei ordinária e não por meio de emenda constitucional.* Essas são as nossas  
222questões em relação à lei de saneamento básico. **Sr. Marcos Palombine:** Presidente, sugiro que a  
223pessoa que for usar a palavra decline o órgão que está representando. **Sr. Presidente:** Conforme  
224praxe, então, por gentileza, vamos identificá-los para que se registre. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** A  
225preocupação também é bem específica a nós, ao CONSEMA, porque temos toda uma Política  
226Estadual de Meio Ambiente, onde existe uma interface bem complicada, ou difícil de ter, com um  
227sistema de recursos hídricos, e sistema até de saúde. E a lei apresentada está lançando uma Política  
228Estadual de Saneamento. E o Estado ainda carece, via legalmente, a uma política estadual de meio  
229ambiente, onde o Sistema Estadual de Meio Ambiente poderia prever. E lendo aqui a resolução do  
230CONSEMA, o que notamos, essa política estadual do meio ambiente compete ser proposta aqui pelo  
231CONSEMA. Então, acho que o CONSEMA tem um papel importante nessa discussão de toda essa  
232legislação. Temos acompanhado toda essa questão dos recursos hídricos, a questão da saúde, já  
233que a FEPAM vem de dentro da saúde, e existe não digo conflito. Então, à primeira vista, estou  
234tomando conhecimento desse assunto agora, acho que é importante o CONSEMA trabalhar bastante

235nesse assunto para não criarmos mais um sistema. Ainda vamos ficar com quatro sistemas sanitários  
236ambientais no Estado. E definir, realmente, de que política estamos falando? É uma política estadual  
237do meio ambiente, política estadual de saúde, política estadual de recursos hídricos, ou política  
238estadual de saneamento? Obrigado. **Sr. Flávio Vaz Netto:** Presidente, penso que essa questão é  
239colocada de forma muito oportuna, mas não vejo nenhum conflito, porque quando se trata de  
240saneamento, trata-se de universalizar o acesso à população de condições de salubridade. As  
241questões com o meio ambiente se comunicam, evidentemente, mas em nenhum momento essa lei  
242avança em competências que sejam privativas das instâncias técnicas às questões inerentes ao meio  
243ambiente. Então, essa foi uma cautela que se teve ao trabalhar essa lei, e não será detectado aí,  
244penso eu, salvo equívoco da minha parte, qualquer questão que possa interferir em competências  
245originárias do meio ambiente. Há isso sim, por óbvio, uma comunicação entre essas questões porque  
246elas não se dissociam, inclusive interagem, porque o que se tem em saneamento repercute no meio  
247ambiente. Essa é uma questão nós tivemos a cautela de cuidar. Algumas modificações, inclusive com  
248relação a composição do colegiado que constitui o sistema, originalmente, no projeto de lei, pareceu-  
249me mais representativo sob o ponto de vista técnico e daqueles que detêm a competência para tratar  
250essa matéria, tanto sob ponto de vista do saneamento, quanto sob ponto de vista das questões  
251inerentes ao meio ambiente. No entanto, como o regime é democrático, essa matéria foi submetida à  
252Assembléia, sofreu alterações que nós vamos ter que evidentemente conviver com ela. **Sr. Antônio**  
253**Ruas Neto:** Sr. Presidente, demais companheiros deste Plenário, apenas me ocorre colocar o  
254seguinte acerca de algumas considerações: também não tive muito tempo de me deter na matéria,  
255mas tomando conhecimento agora da explanação bastante elucidativa, algumas considerações com  
256relação à ação da área da saúde se fazem necessárias. Não me parece ser totalmente correta a  
257afirmação de que o Sistema de Saúde reúne todas ações concernentes ao saneamento aqui no Rio  
258Grande do Sul. De fato, cabe aos órgãos da saúde a fiscalização de uma grande parte, especialmente  
259concernente à água potável, a água de consumo, que deverá ser vigiada e fiscalizada pelos órgãos de  
260vigilância sanitário e pelo chamado SISÁGUA – *Sistema Nacional de Vigilância sobre a Água em*  
261*Território Nacional*. Vejam bem, a própria disponibilização de água potável para a população já é  
262matéria e obrigação de órgãos de outra natureza, não os órgãos de saúde. Por aí já vemos que existe  
263uma gama de órgãos envolvidos na questão do saneamento. A própria questão de águas não para  
264consumo, mas água para outro tipo de utilização, por exemplo, as águas superficiais estão a cargo da  
265FEPAM fiscalizá-las e tomar decisões sobre a sua utilização ou não. É um órgão da fiscalização  
266ambiental. E nesse sentido vejo que, sem entrar em polêmica sobre as considerações que os colegas  
267fizeram aqui, parece-me adequado que se pense em uma reunião mesmo, de órgãos concernentes à  
268questão do saneamento. A própria CORSAN, por exemplo, é o órgão que deve suprir a população de  
269água potável. É proibido, por exemplo, como vocês sabem, a utilização de fontes alternativas de água,  
270os postos artesianos em áreas supridas pela rede. Quem é que supre a rede? A CORSAN, a  
271CORSAN não é da Secretaria da Saúde. A nós cabe fiscalizar e aplicar essa legislação. Então, vemos  
272a gama de órgãos envolvidos e me parece adequado que se pense na reunião e nesse sentido acho  
273pertinente a vinda desse debate com essa lei de saneamento do Estado. **Sr. Presidente:** Continua a  
274palavra à disposição. Secretário, eu faria só um pequeno questionamento: nesse momento a lei se  
275encontra em fase de regulamentação ou já foi? **Sr. Flávio Vaz Netto:** Sim, estão sendo trabalhados  
276alguns decretos e adotamos lá o seguinte: trabalhar em cima de uma minuta. Quando se tiver uma  
277minuta, as instâncias técnicas do Governo vão promover a discussão dessas questões. Agora, isso é  
278por uma questão de convicção pessoal do Secretário Frederico Antunes e minha também. Se nós  
279iniciarmos uma discussão sobre a regulamentação sem ter um texto básico para trabalhar, vamos  
280andar às voltas e não vamos conseguir regulamentar. E da mesma forma o Fundo e o Código; o  
281Código, pela natureza gostaríamos de uma participação mais efetiva do Ministério Público, inclusive  
282pela natureza sancionadora que o Código vai ter por regular direitos e deveres, mas isso vai-se dar ao  
283longo deste ano. Essa é uma lei de natureza geral, ela sozinha, por si só, é uma lei de orientação  
284teórica. E o que se pretende ainda este ano trabalhar, efetivamente, porque deriva de demandas  
285práticas como, por exemplo, realização de obras, é se ter minimamente uma orientação a respeito de  
286um Plano Estadual de Saneamento. **Sr. Presidente:** Estaríamos, então, vamos assim dizer, com  
287tempo hábil para proposições, sugestões, poderem serem encaminhadas. Srs. Conselheiros, de  
288acordo com a afirmação categórica que o Secretário Flávio Vaz Netto fez, poderão ser remetidas  
289proposições e sugestões à Secretaria de Obras. Não sei se, de repente, os Conselheiros preferem  
290utilizar este Conselho como canal para fazer chegar até a Secretaria, ou diretamente. Acredito até  
291pela explanação do Secretário que seria direto à Secretaria de Obras, ou seja, aos cuidados do  
292Secretário Flávio Vaz Netto. **Sr. Flávio Vaz Netto:** Se quiserem algum provimento por e-mail e

293quiserem anotar, o e-mail é [flavio@sops.rs.gov.br](mailto:flavio@sops.rs.gov.br). Estou inteiramente à disposição. **Sr. Presidente:**  
294Agradecemos ao Sr. Secretário a gentileza de ter feito essa explanação. Acreditamos, Sr. Secretário,  
295prezados Conselheiros e demais participantes, de que, sim, o aperfeiçoamento, o avanço desse setor  
296é fundamental, seja no que diz respeito à lei, seja no que diz respeito à água para consumo, bem  
297como a qualidade dos nossos recursos hídricos superficiais e subterrâneos que dependem de  
298prevenções e intervenções de caráter técnico para evitar que o processo de deterioração da qualidade  
299de água prossiga. Muito obrigado, Secretário, pela sua gentileza. Nós temos agora *quorum*  
300necessário, então, nós retomariamos à pauta normal para prosseguirmos de acordo com a proposta  
301que os Srs. Conselheiros receberam. **1. Aprovação das Atas da 59ª Reunião Ordinária e 26ª**  
302**Reunião Extraordinária do CONSEMA.** Nós vamos colocar agora em apreciação e discussão a Ata  
303da 59ª Reunião Ordinária da reunião do mês de dezembro passado. Os Srs. Conselheiros receberam  
304com a devida antecedência para, então, proceder as suas observações. Tendo correções,  
305adequações, ou esclarecimentos a fazer, solicitamos, então, que isso seja concedido nesse momento.  
306Em apreciação a Ata da 59ª Reunião Ordinária deste Conselho. Conselheiros, com a palavra os  
307Conselheiros e Conselheiras. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu teria duas coisas apenas, Presidente, que  
308foram esquecidas de acrescentar na pauta: a nossa entrega dos ofícios 090 e 091. O 090 referente à  
309análise do processo de habilitação de Não-Me-Toque e o 091 referente a uma proposta da AGAPAN  
310sobre a questão da habilitação de licenciamento, pedidos de licenciamento. **Sr. Presidente:** Inclusive,  
311Conselheira Edi, só para informá-la, temos retorno e informações a esses dois ofícios ainda para a  
312reunião de hoje. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu recebi retorno. **Sr. Presidente:** Com essas  
313observações, então, colocamos em votação a Ata da 59ª Reunião Ordinária. Conselheiros favoráveis  
314permaneçam como estão. Abstenções; contrários? **Aprovada**, por unanimidade dos presentes, a Ata  
315da 59ª Reunião. Submetemos aos Srs. Conselheiros à apreciação da Ata da 26ª Reunião  
316Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Foi aquela que nós tratamos do processo de  
317descentralização da gestão ambiental, com ênfase no licenciamento. Em votação, Conselheiros  
318favoráveis permaneçam como estão. Contrários; abstenções? **Aprovada**, por unanimidade, também a  
319Ata da 26ª Reunião Extraordinária deste Conselho. **Comunicações:** o Conselho recebeu ofício da  
320Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul manifestando interesse em participar das  
321Câmaras de Biodiversidades e de Política Florestal, Educação Ambiental e Assuntos Jurídicos.  
322Recebeu um ofício da ABES indicando o Sr. Alexandre Bugin como representante da ABES junto ao  
323CONSEMA; manifestando também o interesse em compor oficialmente este Conselho. A ABES não  
324tem assento oficial. Ofício do DEFAP comunicando, e temos os técnicos do DEFAP presentes para  
325fazer, então, as considerações acerca do Parque Delta do Jacuí daqui a pouco. No Diário Oficial do  
326Estado, do dia 12-01-04, foram publicados os atos de nomeação de Clebes Brum Pinheiro e Eduardo  
327Osório Stumpf, como Titular e Suplente, respectivamente, representantes do Corpo Técnico da FEPAM  
328junto ao CONSEMA, em substituição a Mário Gomes de Moura e Maria Lúcia Bernardes Coelho.  
329Assim como foram publicados na mesma data ato designando Sérgio Cardoso Titular representante  
330dos Comitês e Bacias Hidrográficas, em substituição a Alexandre Bugin. Ofício da FIERGS indicando  
331para representação dessa federação, junto ao CONSEMA., bem como os Srs. Clóvis Zimer e Vladimir  
332Ortiz, como Titular e Suplente, em substituição aos Conselheiros Carla Pires Rangel e Victor Hugo de  
333Lazzer. Recebemos também ofício da ALGA informando da impossibilidade de participação à reunião  
334de hoje, assim como os ofícios 01 e 02 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, referentes aos  
335assuntos que nós aqui mencionamos e que no último item da pauta de hoje estaremos abordando.  
336Temos *quorum*. Pois não, Conselheiro Sérgio. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só antes de passarmos ao ponto  
337seguinte, gostaria de fazer uma solicitação à Mesa que faça um levantamento ao longo de 2003, de  
338todas as Entidades que fazem parte das Câmaras Técnicas, mas em uma única planilha. Para  
339pautarmos isso como ponto na próxima reunião. Por que faço essa solicitação? Isso em virtude de  
340que nas Câmaras Técnicas as Entidades colocarem seus nomes e causarem sérios prejuízos para as  
341pessoas que se deslocam de logo do Estado para aqui estarem e não mandarem representantes. Nós  
342temos acho que uma normativa para dar uma, vou usar uma expressão, bloqueada no *chilique*  
343*levanta a mão*. O *chilique levanta a mão* é quando se abre alguma questão, alguém levanta a mão,  
344depois a Instituição não tem perna para participar. Tivemos um exemplo claro da Câmara Técnica de  
345Gestão das Águas, que foi instituído por este Conselho no final do ano passado, tivemos a chamativa  
346agora na terça-feira, deslocamo-nos e infelizmente algumas Entidades não mandaram os seus  
347representantes e nem sequer justificaram as suas ausências. Então, faço uma solicitação  
348aproveitando a solicitação de novas vagas para que para a próxima reunião isso seja um ponto de  
349pauta para criarmos uma normativa a respeito desse assunto. Obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Já  
350que o Sérgio tocou nessa questão da Câmara Técnica Permanente de Gestão das Águas, quero dizer

351que a AGAPAN não recebeu correspondência, por isso não compareceu. Nós já temo-nos  
352manifestado aqui em Plenária, pedindo que essa Câmara funcione e achamos muito estranho que  
353não fomos convidados. Então, se o problema de *quorum* foi a AGAPAN, a AGAPAN não foi  
354comunicada que haveria reunião da Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Faltou um representante para  
355termos *quorum*. Foi enviada para todos. Verificação de endereço depois, então, Secretária Executiva,  
356com a Edi. Inclusive eu gostaria que fosse, então, apresentada à Edi a segunda via. Eu pretendia,  
357Conselheiro Sérgio e Conselheira Edi, deixar esse assunto para Assuntos Gerais, considerando,  
358efetivamente, que preocupa essa questão, enfatizamos. A Rosaura já está fazendo um levantamento  
359para que nós tenhamos exatamente as presenças e as ausências ocorridas no decorrer de 2003.  
360Fariamos duas considerações oportunas: se por um lado a participação é voluntária, aí o Sérgio se  
361referiu ao *chilique levanta a mão*, e nós temos realmente algumas Câmaras Técnicas com um número  
362significativo de Entidades que se inscreveram e assumiram. Por outro lado, estamos enfrentando esse  
363problema em várias Câmaras Técnicas, não foi somente da Gestão das Águas. A Câmara Técnica de  
364Assuntos Jurídicos, na terça-feira, também não tivemos *quorum*; a Câmara Técnica de Educação  
365Ambiental também estamos com problema de *quorum*. E gostaria de comunicar a este Plenário,  
366então, que nós estaremos mais uma vez fazendo uma comunicação a todas as Entidades para que  
367manifestem interesse ou não em participar dessas Câmaras Técnicas. O que acontece é exatamente  
368isso: às vezes nós temos um deslocamento de representantes de muito longe para não podermos  
369poder trabalhar. Então, fica bastante chato e nós fariamos esse apelo às Entidades aqui  
370representadas que aqueles que assumiram a responsabilidade assim o fizesse de fato. Na seqüência,  
371o terceiro item da nossa pauta de hoje. **3. Delimitação do Parque Estadual Delta do Jacuí.** Eu  
372convido, então, o Luiz para, por gentileza, ocupar aqui o espaço e fazer a explanação. **Sr. Luiz**  
373**Alberto Carvalho Júnior:** Boa-tarde a todos. Sou Engenheiro Florestal e Gerente de Implantação do  
374Parque Estadual Delta do Jacuí. Nós estamos com aquela antiga problemática que já passou por  
375você, já houve inclusive aprovação por parte do CONSEMA no que diz respeito as novas  
376delimitações do Delta do Jacuí. Com a mudança de Governo fizemos um reestudo em cima das  
377solicitações da comunidade, o entorno, resolvemos remapear todo o Delta, e dessa vez usando uma  
378imagem com resolução de um metro. Então, temos aí com a imagem que foi adquirida recentemente,  
379uma imagem do ICONOS II, que possibilita uma resolução; ou seja, um melhor detalhamento de cada  
380ponta do Delta com uma resolução de um metro. Então, naquela imagem anterior que nós tínhamos  
381analisado, tínhamos uma resolução de quinze a trinta metros de erro. Isso seria o quê? Imaginem  
382você, uma casa que tivesse, por exemplo, quinze metros, não era possível se visualizar. Então, essa  
383imagem de fato traz um grau de detalhamento bastante interessante em se tratando de planejamento  
384urbano. O que tinha sido sugerido e aprovado pelos senhos anteriormente era o fato de que nós  
385tínhamos um Parque e em cima desse Parque far-se-iam as desafetações. Ou seja, áreas e algumas  
386inclusões também, áreas urbanizadas, antropizadas, seriam desafetadas da área do Parque, unidade  
387de conservação Parque. E algumas áreas de interesse seriam acrescentadas a essa unidade, e  
388também não seria Parque. Houve um reestudo em cima de toda essa situação, e baseado no fato da  
389criação da unidade Parque Estadual Delta do Jacuí, que é anterior a além do CUC e do ISNUC, que  
390classificou como Parque. Quando se criou o Parque em 76 se colocou o nome de “Parque” em se  
391tratando de uma área de lazer, mais precisamente. Posterior ao ISNUC e ao CUC, que regraram a  
392constituição das unidades de conservação, como zoneamento, dando maior ou menos grau de  
393proteção, quando se criou essa legislação por possuir nome de Parque; então, o Delta foi enquadrado  
394como uma unidade de proteção integral, portanto, Parque. Mas isso não tirou o fato de que no Parque  
395nós teríamos zona de ocupação urbana, coisa que o CUC e o ISNUC não permitem um Parque, uma  
396unidade de proteção integral com uma zona de ocupação urbana; ou seja, um zoneamento  
397equivocado. Aí nós tínhamos uma problemática, aproveitando para fazer uma recapitulação. Baseado  
398em todos esses fatos e do que já havia sido previamente aprovado aqui pelo CONSEMA, resolvemos  
399fazer um reestudo para tentar contemplar algumas situações, várias situações nesse sentido da  
400ocupação urbana e algumas de questão ambiental também. O que pensamos? Vamos mudar a  
401categoria dessa unidade, vamos fazer o seguinte: vamos fazer o três em um, que seria o quê? Que no  
402entorno do nosso atual Parque, que cruza aqui produto baixo, e acrescentando essa área mais ao sul,  
403até a Ilha das Pedras Brancas, aqui embaixo, nós criaríamos uma APA – *Área de Proteção Ambiental*,  
404que permitiria, nos casos de ocupação urbana, que as pessoas pudessem levar uma vida normal com  
405algumas restrições de acordo com o que diz a legislação sobre a área de proteção ambiental. Não  
406seria só isso, porque seria muito pouco, nós precisaríamos preservar o que ainda existe. Então, ao  
407centro, nas áreas que estão ainda bem preservadas no entorno do Jacuí e dos seus afluentes e  
408demais, criar-se-ia uma reserva biológica em que as áreas de proteção ambiental seriam a própria



409área de amortecimento da reserva biológica que estaria sendo criada no centro. E,  
410concomitantemente com isso, a desafetação, que anteriormente teria sido aprovado pelos senhores,  
411que são aquelas áreas ali com alguns detalhes e modificações em função do avanço dessa ocupação.  
412Outro detalhe importante que foi observado no momento desse tracejado aqui: vocês observem que  
413essa região, e agora com essa imagem é possível observar, e não se pode ignorar esse fato, toda  
414essa área do baixo e do alto do Jacuí temos uma vasta área de produção de arroz. Então, quadras e  
415quadras de arroz, isso só o que aparece na nossa imagem aqui, que é a nossa imagem de interesse,  
416que é a imagem do Delta, mas para cá temos muito mais. O que tem a ver isso? Tudo a ver. Nós  
417pensamos: criamos uma reserva biológica no centro, seria a nossa área de interesse, e a reserva  
418biológica é muito mais restritiva que um Parque, criamos essa área aqui e de onde que essas  
419pessoas que plantam, que tiram seu sustento e que mantêm, por exemplo, Eldorado vivo, poderiam  
420irrigar as suas lavouras. Não é possível permitir uma bomba, por exemplo, ou um canal puxando água  
421do Jacuí e abastecendo uma lavoura, sendo que a margem do Jacuí é uma reserva biológica. Nós  
422recairíamos no erro do fato da criação do Parque da posterior lei. Então, surgiu a idéia, na limitação  
423da reserva biológica do centro, em alguns pontos críticos desse fato passaram o limite por dentro da  
424água e recortando essas situações mais críticas. Então, há alguns pontos, em alguns pontos esse  
425ponto que seria uma área que seria acrescentada, por exemplo, acrescentou-se a área e se passou o  
426limite por dentro para que essas pessoas pudessem seguir abastecendo as suas lavouras por aqui.  
427Então, aqui também temos uma área vastíssima. E acrescentamos àquelas áreas que tínhamos  
428aprovado anteriormente, além disso a inclusão dessa área aqui embaixo, que entendemos ser de  
429grande interesse. Primeiro, próximo a Porto Alegre temos formações rochosas, há pessoas com muito  
430mais conhecimento que eu nessa área da geologia, mas que vêm a proteger as barrancas de Porto  
431Alegre, tanto desse lado como do outro lado, o lado de Guaíba. Então, por exemplo, com a questão  
432da mineração nessas áreas, o que acontece? Nós acabamos modificando a velocidade do fluxo de  
433água, removendo a proteção dessas encostas e acabando, por fim, modificando toda essa paisagem  
434aqui das costas, afetando isso. E hoje essa área, os senhores sabem muito bem, é uma área que  
435existem vários mineradores que têm autorização para minerar, mas a idéia que tínhamos era de  
436proteger essa área, também tornando-a uma APA e proibindo que ocorresse a mineração em toda  
437essa área que é do entorno do Delta. Acho que é mais ou menos isso, estamos caminhando nesse  
438sentido. Isso que eu apresento para os senhores aqui é uma imagem que adquirimos, essa imagem  
439ICONOS foi fornecida a uma equipe que foi licitada e que está hoje medindo, de fato remediando, e  
440colocando macros geodésicos com precisão topográfica para termos precisão, controle e  
441gerenciamento absoluto sobre tudo que temos aqui. A equipe deve concluir o seu trabalho em torno  
442de trinta dias. Depois da conclusão disso, então, nós poderemos aferir melhor ainda várias questões  
443com um maior nível de detalhes que essa imagem já nos fornece. É isso aí, obrigado. **Sr. Presidente:**  
444Srs. Conselheiros, com a palavra o Conselheiro Marcos Palombine e, em seguida, a Conselheira  
445Káthia. **Sr. Marcos Palombine:** Eu perguntaria: em que data foi criado o Parque Estadual Delta do  
446Jacuí? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Leite:** Em 1976. **Sr. Marcos Palombine:** E esse trabalho que o  
447senhor apresentou agora é a delimitação da área do Parque? O que foi criado em 76 está sendo  
448delimitado somente agora? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Não, é a redefinição dos limites do  
449Parque que havia sido criado em 76. **Sr. Marcos Palombine:** Qual a área total do Parque? **Sr. Luiz**  
450**Alberto Carvalho Leite:** Hoje é de 17.245 hectares. A APA ficaria com 30.000 hectares e a área  
451desafetada em torno de 600 hectares e a área de deságüe biológico ficaria em torno de 10.000  
452hectares. Isso tudo, esses valores são precisos, todos eles vamos poder passar depois da finalização  
453do mapeamento, em torno de trinta dias. **Sr. Marcos Palombine:** Em função, então, da delimitação  
454da área, os setores agrônômicos que atuam dentro dessa área vão poder continuar atuando, ou não?  
455**Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Dentro da APA, sim. **Sr. Marcos Palombine:** O que é APA? **Sr.**  
456**Luiz Alberto Carvalho Leite:** Área de Proteção Ambiental. **Sr. Marcos Palombine:** Vão poder  
457continuar atuando? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Sim. **Sr. Marcos Palombine:** Novos, não? **Sr.**  
458**Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Dentro da área da APA, por exemplo, se o senhor tem uma área de  
459arroz e ela está inclusa dentro da área da APA, o senhor poderia continuar. Se o senhor tem terras ali  
460que quer vender para outra pessoa e seguir produzindo ali ou morar ali. A APA dá maior flexibilidade  
461no sentido da coeficiência homem e meio ambiente. **Sr. Marcos Palombine:** Então, quer dizer, dentro  
462da área delimitada o setor agrônômico tem liberdade de atuação? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:**  
463Sim, é claro que para, por exemplo, indústrias existem restrições. A própria APA traz restrições:  
464indústrias poluidoras, isso tudo é analisado; por exemplo: o cidadão tem uma propriedade lá e quer  
465criar uma estufa de produção de pimentões vermelhos, é um exemplo. Ele vai indagar isso para um  
466Conselho gestor, que vai dizer se é prejudicial ou não, mas isso não impede, o fato de estar ali na

467 APA não impede que ele possa ter. Já em uma reserva biológica, como um Parque como hoje temos,  
468 isso é impossível. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** O Parque Estadual Delta do Jacuí foi  
469 criado com uma leva de Parques. Entre 75 e 76 foram criados vários Parques aqui no nosso Estado.  
470 O Delta do Jacuí é o resultado de uma luta do movimento ambientalista gaúcho, do qual o Amigos da  
471 Terra fez parte, a AGAPAN também, contra uma proposta da Prefeitura ou do Governo de transformar  
472 as ilhas em aterro de lixo. Depois, em cima desse aterro, fazer hotéis. A proposta do Parque sempre  
473 foi ser um Parque para a conservação. A idéia de Parque já é uma idéia consolidada há muitos anos e  
474 em 75, 76, todos esses Parques foram criados com a idéia de serem unidades de conservação de  
475 uso indireto. Nunca o Delta, ou Itapuã ou qualquer outro Parque foi criado pensando em fins de lazer.  
476 Claro que o Parque permite essa possibilidade, mas não era o objetivo. Eu acho importante também  
477 dizer que Parque pode ter áreas de uso restrito e de acesso intangível. Então, nós não precisamos ter  
478 reservas biológicas para garantir a proteção integral de determinadas áreas para garantir que só  
479 técnicos, e em um número muito restrito, possam entrar nessas áreas, não precisa ser reserva  
480 biológica para isso. Por outro lado, a APA, a Área de Proteção Ambiental, é uma unidade de  
481 conservação de uso direto que permite uma série de atividades. Não resta dúvida que no Parque do  
482 Delta do Jacuí nós tenhamos que desafetar algumas áreas. Isso não resta dúvida, mas acho muito  
483 perigoso quando alguém vem aqui e afirma que em uma APA pode haver plantação de arroz, porque  
484 quem vai dizer o que pode fazer dentro da APA é o Conselho gestor, o plano de manejo, estudos.  
485 Dependendo da APA, não pode. Então, isso temos que deixar claro, a APA dá mais liberdade de  
486 ação, permite uso direto? Permite, mas não vai permitir tudo. Ela pode restringir, sim, a agricultura, no  
487 caso de ser uma área onde há muito banhado, muito recurso hídrico e as lavouras, de modo geral,  
488 utilizam muito agrotóxico. Pode-se ter, sim, uma restrição do uso agrícola da área. Eu não quero  
489 debater aqui a proposta técnica, o que me preocupa muito é que passamos um mês, um ano, um ano  
490 e meio discutindo a redelimitação do Parque Estadual Delta do Jacuí em uma Câmara Técnica do  
491 CONSEMA, que se reunia mensalmente, foi feita uma proposta, não foi uma proposta consensual.  
492 Por exemplo, o Comitê da Reserva da Biosfera não concorda com a proposta que foi aprovada no  
493 CONSEMA, mas houve um debate de um ano e meio dentro do Conselho. Nós viemos para cá em  
494 uma reunião, investimos o nosso tempo nessa proposta e de repente o DEFAP, quer dizer, essa  
495 proposta é aprovada no CONSEMA; não estou dizendo que seja a melhor, não estou no mérito da  
496 questão. Não estou avaliando se essa proposta é melhor que a outra, isso quero deixar bem claro.  
497 Essa proposta foi aprovada no CONSEMA. Caberia ao Executivo encaminhar para o Legislativo a  
498 proposta de alteração dos limites desafetando algumas áreas e afetando outras áreas, criando outras  
499 áreas. Isso não foi feito. Por outro lado, além de não ter sido encaminhado uma deliberação do  
500 CONSEMA, que era determinação, uma vez que foi aprovada em dezembro, mesma Ata da reunião  
501 de dezembro não tendo sido aprovada a proposta, estava aprovada. Não se dependia da aprovação  
502 da Ata para encaminhar a deliberação do CONSEMA. Apesar disso, temos aqui uma resposta, porque  
503 eu questionei isso formalmente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, final de setembro, início de  
504 outubro, não lembro a data, e recebi a resposta no final de novembro. Então, temos, por iniciativa dos  
505 representantes das comunidades da Ilha do Parque Estadual do Jacuí, o assunto que foi levado à  
506 Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa e realizada Audiência Pública em 27-05-  
507 03. O CONSEMA, Câmara Técnica, todas aquelas pessoas que estiveram envolvidas na discussão  
508 por mais de um ano, muitas dando o seu tempo de forma voluntária, não foram convidadas para essa  
509 Audiência Pública. Aí diz que foi instituído um grupo de trabalho sobre coordenação do DEFAP e  
510 SEMA, portanto, uma instituição que é membro do CONSEMA, encarregada de discutir com a  
511 comunidade a questão da redefinição dos limites. As reuniões estão registradas em Atas: Ata 03 a Ata  
512 08. As reuniões que aconteceram o ano passado, do CONSEMA, a comunidade estava presente.  
513 Aconteceram cinco reuniões em 2003 e em nenhuma delas qualquer membro do CONSEMA, da  
514 Câmara Técnica, foi convidado para participar. Os técnicos que trabalharam nisso, que conhecem a  
515 área, a ASCAPAN, de Canoas, por exemplo, que faz fiscalização na área do Delta com a Brigada  
516 Militar, que começou essa fiscalização há muito tempo, uma fiscalização da dragagem, fiscalização de  
517 pesca, não foi convidada. Então, eu realmente acho que é um desrespeito com a Plenária do  
518 CONSEMA. Não digo que seja responsabilidade tua, mas é realmente um desrespeito, porque uma  
519 coisa é um funcionário público, onde, parte das suas atribuições, está em vir aqui representar o órgão  
520 porque trabalha. Outra coisa: é uma ONG, um representante de uma Federação dos Agricultores que  
521 muitas vezes vem de longe, do interior do Estado, para participar de uma reunião dessas. E  
522 simplesmente alguém resolve: vamos ouvir a comunidade; como se a comunidade já não tivesse sido  
523 ouvida. Então, perde-se tempo, perde-se dinheiro, desgastamo-nos muito e para que isso? Agora  
524 vamos levar toda essa proposta de volta para a Câmara Técnica? Começar todo o trabalho de novo?

525Então, eu só posso continuar dizendo, e aqui não está o representante da SEMA, que realmente foi  
526um desrespeito da SEMA, DEFAP, com o CONSEMA da forma como encaminhou esse assunto. Nós  
527deixamos de estar nas nossas instituições para vir para cá e esse trabalho de um ano meio foi  
528praticamente rasgado, ignorado. E nós precisamos resgatar, Sr. Presidente, esse respeito dos órgãos  
529estaduais por esta Instituição. O CONSEMA é o órgão máximo, vamos resgatar isso e vamo-nos  
530respeitar, pois se nós não nos respeitarmos não há porque estarmos aqui. **Sr. Presidente:** Continua a  
531palavra à disposição. **Sra. Vera Lúcia Maróstica Calegari:** Eu só gostaria de saber se há muita  
532diferença entre a proposta anteriormente debatida pela Câmara Técnica do CONSEMA, aprovada  
533anteriormente, e essa nova proposta. Eu não sei, nós acompanhamos ali pelo Pró-Guaíba, e havia por  
534parte da população, fomos procurados até por várias associações, de que havia um  
535descontentamento pela forma da proposta que havia sido aprovada anteriormente. Então, pelo que eu  
536acompanhei junto com o DEFAP, a idéia era de fazer uma nova proposta, e ainda pelo que eu me  
537depreendo não está concluído, porque é uma idéia geral, mas as delimitações ainda não estão  
538precisas, o estudo ainda não foi concluído, e a idéia seria de levar de novo para a aprovação do  
539CONSEMA, tendo em vista as solicitações que foram feitas. Então, gostaria de ouvir, não sei se a  
540Conselheira Káthia, ou o técnico do DEFAP, um esclarecimento. **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:**  
541Obrigado pela colocação. Acho que é justamente isso que aconteceu, acho não, tenho certeza. O  
542pessoal, a comunidade, o pessoal do entorno que são cerca de vinte mil pessoas com seus líderes de  
543comunidade, foram à Assembléia Legislativa pedir uma audiência com o DEFAP justamente pelo  
544descontentamento do que estava para acontecer. Todos sabiam o que tinha sido de fato aprovado e o  
545que ia ser executado. E por isso talvez, Sra. Káthia, tenha entendido que tenha sido um desrespeito,  
546porque já tinham dito que deveria ser assim e daqui a pouco estão revendo de novo. A preocupação  
547nossa foi justamente isso, não se trata somente de meio ambiente, trata-se de vinte mil pessoas,  
548municípios envolvidos. E esses vieram até nós solicitando um reestudo da situação, eles solicitaram  
549que a Assembléia convocasse o DEFAP e a SEMA para que fossem lá e lá na Assembléia que  
550determinaram, até quem coordenava na ocasião a reunião na Assembléia foi o Dep. Ronaldo Zucki. E  
551o Dep. Ronaldo Zucki indicou o, então, Diretor do DEFAP, Antônio Carlos, para que conduzisse as  
552demais reuniões. Foi quando se gerou aquelas demais Atas, da 03 a 08, foi daí que surgiu isso. A  
553comunidade foi escutada, todas as suas reivindicações foram escutadas e foi em cima disso que se  
554reestudou toda essa questão. E de forma alguma, tenho certeza, o DEFAP e a SEMA não querem  
555passar por cima do CONSEMA, de fato não quer, tanto não quer que está trazendo a vocês agora e  
556queremos discutir isso com vocês. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Respondendo  
557rapidamente ao questionamento da Vera, há uma grande diferença entre a proposta apresentada pelo  
558DEFAP e a proposta aprovada no CONSEMA. Uma APA é uma coisa completamente diferente de um  
559Parque. Eu não posso dizer que uma é melhor que a outra, mas é completamente diferente. Quando  
560eu falo que o DEFAP desrespeitou o CONSEMA foi no sentido dele ter participado de uma série de  
561debates e discussões e sequer ter avisado o CONSEMA que estava fazendo isso. Ele tem toda  
562autonomia de rediscutir isso, é função do DEFAP rediscutir, mas é uma questão de respeito com as  
563pessoas que trabalharam na proposta anterior. É comunicar, lá em maio quando teve audiência  
564pública comunicar. De forma geral acho que em 98% das vezes a comunicação da Secretaria  
565Executiva do CONSEMA com os Conselheiros é muito eficiente. Então, eventualmente há um  
566problema ou outro, como a Edi comentou hoje, mas isso realmente não acontece. Eu participei de  
567algumas reuniões sobre esse assunto da Câmara Técnica e a comunidade estava lá. Agora, sempre  
568vai haver conflito com a comunidade local quando se for criar uma unidade de conservação. Por isso  
569que a comunidade foi ouvida, inclusive a proposta do Comitê da Reserva da Biosfera, que não foi a  
570aprovada pelo CONSEMA é mais restritiva, porque a proposta aprovada no CONSEMA tirou mais  
571áreas do Parque do que um grupo de técnicos gostaria. Então, sempre vai haver, e não vai ser uma  
572APA que vai diminuir esses conflitos. Como eu disse, como nós vamos gerenciar um ecossistema que  
573tenha base hídrica muito forte, ali representada, a questão da irrigação do arroz? Como vamos  
574trabalhar em uma APA a questão da pesca, a questão da dragagem, da retirada de areia? São coisas  
575complexas. O assunto foi pautado hoje aqui por solicitação dos Amigos da Terra, nós estamos  
576pautando esse assunto há muito tempo. Nós ficamos sabendo das coisas e por incrível que pareça  
577por vias tortuosas. Então, chega alguém que eu encontro na rua, um biólogo, ou uma bióloga, e diz:  
578“estão rediscutindo”; eu disse: “mas, como”? Então, é assim que as coisas têm funcionado nesse  
579último ano, a gente procura conversar, procura trocar idéia e o DEFAP está vindo com a patrolinha, e  
580com isso nós não podemos concordar. Até pode ser que a proposta do DEFAP seja melhor, até pode  
581ser, só que o processo de encaminhamento do debate não respeitou o CONSEMA. O problema é  
582esse, é esse o x da questão, não respeitou o CONSEMA. Se houve uma Audiência Pública e o

583DEFAP sabia disso, o DEFAP como membro do CONSEMA deveria ter avisado os membros da  
584Câmara Técnica, só isso. Esses estudos poderiam ser feitos já em um âmbito maior, poderíamos  
585estar mais avançados para hoje já aprovarmos essa proposta. Agora essa proposta vai ter que ser  
586encaminhada para a Câmara Técnica, que vai fazer todo o debate de novo. É isso que nos  
587desagrada. Agora quero deixar bem claro, a comunidade foi ouvida, se vocês pegarem as Atas vão  
588ver que na reunião que aprovou a comunidade estava aqui, a comunidade estava nas reuniões da  
589Câmara Técnica. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eng. Luiz, tu poderias nomear os integrantes  
590desse grupo de trabalho? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** A Margot, a Carla, Luiz Alberto, que vos  
591fala, o próprio Diretor do DEFAP e a Dra. Cássia, da parte legal. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:**  
592Todos integrantes do DEFAP? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Sim. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho**  
593**Leite:** Vocês não acharam oportuno utilizar o conhecimento de outros técnicos do Governo Estadual  
594mesmo, com profundo conhecimento sobre o Parque Delta do Jacuí, como técnicos da Fundação  
595Zoobotânica, inclusive uma das técnicas com uma tese de doutorado sobre a Vegetação do Parque  
596Delta do Jacuí? Vocês não acharam oportuno buscar também conhecimento de pesquisadores de  
597instituições universitárias públicas e privadas aqui de Porto Alegre com profundo conhecimento sobre  
598o Parque do Delta? Eu ainda também pergunto: a contribuição de diversos Conselheiros, tenho  
599razoável conhecimento, por que esse grupo de trabalho ficou tão restrito a esse setor? **Sr. Luiz**  
600**Alberto Carvalho Júnior:** Isso eu não posso responder. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu acho  
601que está-se perdendo uma oportunidade, uma contribuição efetiva, útil, para, se for o caso, buscar-se  
602a melhor proposta. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Pela explanação que eu vi, o Parque com uma área  
603de 17.000 hectares. E, pela proposta, nós teríamos 9.000 hectares de reserva biológica, 600 hectares  
604desafetado e 36.000 como APA. O que se conclui? Ao longo do tempo o que vai acontecer com o  
605Parque? O Parque vai diminuir dos 17.000 hectares para 9.000 hectares, porque a APA é um tipo de  
606unidade de conservação que não tem nenhuma segurança de restrição nenhuma. Quer dizer, vai  
607poder-se continuar plantando arroz, aplicando o agrotóxico, fazendo tudo que está-se fazendo. E  
608esses 9.000 hectares, por que tem 9.000 hectares lá ainda intactos? Porque são áreas onde os  
609tratores afundam, onde não se conseguiu drenar e onde afundam os tratores. São os banhados onde  
610só mosquito gosta mesmo. Então, com essa proposta, o que sobraria do Parque realmente seriam  
611esses 9.000 hectares, que não têm interesse nenhum para ninguém, porque é brejo mesmo. a  
612desafetação desses 600.000 hectares é algo que tem que ser discutido, mas a APA no Brasil é um  
613instituto bem discutido de que é um subterfúgio que não está resolvendo, porque além de eu ter esses  
61436.000 como APA ainda teria todo um entorno, que pela legislação teria que ter um licenciamento,  
615teria que ter uma anuência do órgão gestor, e sabemos que não acontece. Então, o que me parece é  
616isso, que o Parque vai simplesmente ficar relegado às áreas impróprias para qualquer atividade  
617humana. Então, acho importante se voltar a essa discussão. Aí eu gostaria também, a questão social,  
618de vinte mil pessoas, elas têm que ser ouvidas, mas temos que ouvir mais pelos menos uns dois  
619milhões de outras pessoas interessadas. Na medida que eu fizer o mapeamento das reservas, de  
620áreas de conservação no Rio Grande do Sul, não chega a 0,1%, e essa é uma área de banhado muito  
621importante. **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Eduardo, é o seguinte: uma coisa que a gente sempre  
622comentava enquanto discutia a questão da reserva biológica, APA, desafetação, e vinha à cabeça  
623aquela problemática que temos hoje no Estado, que é o quê? Atualmente o Parque tem 17.245  
624hectares e temos um guarda-Parque que não tem formação, é guarda-Parque, mas é um guarda-  
625Parque e tenho muito orgulho de ter esse guarda-Parque, porque ele é um anotador, mas ele tem  
626uma arma com poucas balas. Estou falando literalmente, realmente, ele tem uma arma com poucas  
627balas. Então, o que adianta, tu queres ter uma Ferrari encostada na garagem ou um Fusca andando?  
628**Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Uma Ferrari encostada na garagem. **Sr. Luiz Alberto Carvalho**  
629**Júnior:** Eu sei que sim. Nós entendemos que é melhor termos um Fusca que podemos controlar e  
630dirigir, do que ter uma Ferrari que eu não posso pagar o IPVA, porque tenho que estar colocando  
631sempre um combustível aditivado, que a manutenção é caríssima. Então, o que a gente quis planejar  
632é fazer justamente um casamento do que queremos, o que podemos conseguir e não desvirtuando o  
633que a comunidade exige. **Sérgio Sander:** Eu não sou Conselheiro, sou morado do Parque, não sei se  
634tenho direito ao uso da palavra. Quería só fazer um esclarecimento. Eu, como morador do Parque,  
635preocupo-me muito que as coisas lá funcionem, que realmente não se tenha a degradação do  
636Parque, não se diminua a área de reserva, essa coisa toda. Fico muito preocupado porque em 76,  
637quando esse Parque foi criado, ele foi criado no papel, de fato ele nunca existiu, quer dizer, jamais  
638existiu de fato. E eu entendo, acho que uns principais motivos é que essa lei nova da unidade de  
639conservação não permite áreas privadas dentro de Parque, só permite áreas privadas dentro de APA.  
640Então, na realidade, isso é uma coisa que não ia acontecer de novo, iam ter que indenizar todo o

641Parque Delta do Jacuí para ele poder continuar sendo um Parque. Isso daqui a trinta anos fãmos  
642estar aqui reunidos e ia ver que novamente ele não aconteceu. Eu acho que uma APA viabiliza que  
643não se deixe degradar mais, como ele está sendo degradado até hoje. Essa era uma coisa que eu  
644queria colocar. A outra,. A Káthia saiu, queria só comentar, porque ela falou que o Parque não foi  
645criado com intenção de lazer. Foi sim, o plano do Parque divide o Parque em cinco áreas e três  
646dessas áreas têm opções de lazer: área de uso restrito, área de Parque e área urbana. As três  
647permitem clubes sociais, embarcadouros e outras coisas mais. E já que o nosso amigo aqui citou a  
648Fundação Zoobotânica, que não foi convidada, queria dizer primeiro que quem propôs essa reunião  
649foi o Dep. Ronaldo Zuche. Já entendi que vocês comentaram que poderiam ter sido convocados, mas  
650queria alertar aqui que quem está degradando atualmente o Parque é uma obra de eletrificação da  
651Fundação Zoobotânica, que está acontecendo no lado sul da Ilha das Flores, parece até que foram  
652autuados pelo DEFAP, que acabaram fazendo uma composição. Eles estão com tratores, se alguém  
653quiser ir olhar hoje, casualmente, hoje pela manhã sai e eles estavam lá. A Fundação Zoobotânica  
654está com tratores dentro da área de reserva biológica, abrindo valos e canais para levar eletrificação  
655para a Ilha. Só queria deixar claro isso. **Sr. Sérgio Cardoso:** Vou fazer uma proposta de  
656encaminhamento. Isso que a Conselheira Káthia coloca da questão de desrespeito, não chega a ser  
657desrespeito a falta de entendimento político mesmo. eu acho que deveria estar aqui o Diretor do  
658DEFAP. Com todo o respeito ao técnico que aqui está fazendo o seu trabalho, acho que o  
659representante político deveria estar aqui nesse momento, até para termos avançado, já que muitas  
660coisas que foram feitas foram decisões políticas, de encaminhamento. Eu acho que também nunca é  
661tarde para tentarmos recuperar algumas coisas que passaram, que é chamar a Câmara Técnica  
662deste Conselho, na verdade, junto com essa equipe e trazer essas discussões nesse momento. Nós  
663estamos ainda evoluindo, há um trabalho lá. Acho que aconteceu, aconteceu, mas acho que tem que  
664ser retomado esse diálogo, justamente para se dar um outro rumo, porque esse rumo que foi dado até  
665agora ao longo de 2003 não está satisfazendo em muito. Então, independente de quem chamou a  
666discussão da paternidade, mas acho que é o momento de trazeremos essa discussão para dentro  
667deste Conselho. Proposta de encaminhamento. **Sra. Ana Elisabete Cararas:** Sou Assessor Técnica  
668do Projeto Pró-Guaíba. Estou aqui como ouvinte, até porque esse é um Parque que foi uma das  
669unidades de conservação contemplada no nosso programa, e ela está sendo contemplada ainda,  
670porque o módulo ainda está vigente. Eu só gostaria de dispor o Programa Pró-Guaíba a participar,  
671seguindo o que o Prof. Sérgio Leite falou, de aproveitar conhecimentos e dados, inclusive porque o  
672programa investiu desde 94 quase R\$ 1.300.000,00, não só em obras, assim como em estudos de  
673diagnósticos, da fauna, flora, socioeconômico, antropológico, ocupação de solo. Então, estamos-nos  
674dispondo a participar e colaborar junto ao CONSEMA quando essa câmara técnica for-se reunir para,  
675enfim, avaliar essa nova proposta de podermos contribuir também com todo esse trabalho acumulado  
676ao longo dos anos em torno desse estudo no Delta. Obrigada. **Sra. Sirlei:** Cidadã do Estado do Rio  
677Grande do Sul, sou Engenheira Agrônoma. Preocupo-me extremamente quando ouço uma  
678comparação dessa, sou uma pessoa humana que faz parte do ambiente, no ambiente me entendo  
679como pessoa participante do ambiente e fico preocupadíssima de um representante do Estado me  
680dizer que optaram por diminuir um Parque. Eu não conheço o Parque Delta do Jacuí todo, mas sei da  
681importância da manutenção da biodiversidade para o mundo, para gerações futuras. Dizer que o  
682Estado está optando porque não pode conservar o Parque. Isso é uma coisa muito simplista e me  
683sinto até preocupada com o imposto que eu contribuo todo o dia, religiosamente, em tudo que eu  
684consumo neste Estado. **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Realmente, Sirlei, é muito simplista,  
685porque tanto é simplista que não foi isso que nos norteou. Pode ter certeza que não foi isso que nos  
686norteou. A apresentação que eu fiz agora há pouco simplista, pode ter certeza que na hora do estudo  
687não foi dessa forma. Pode ficar tranqüila que o dinheiro do seu imposto está sendo bem empregado.  
688**Sra. Vera Lúcia Maróstica Calegari:** Só para complementar. Tenho a impressão de que essa nova  
689proposta, comparada, então, com a proposta que havia sido anteriormente aprovada pelo CONSEMA,  
690e talvez com as contribuições da Fundação Zoobotânica, analisando com a câmara técnica, pode ser  
691que até se chegue em um consenso que não seja muito diferente nem de uma e nem de outra.  
692Parece-me a primeira vista que é uma proposta interessante, uma vez que eu como sou oriunda da  
693Fundação Zoobotânica e trabalhei na coordenação desse Parque quando ele pertencia à Fundação  
694Zoobotânica. Por muitos anos esse é um problema crônico que existe desde que foi criada a unidade  
695de conservação e ela foi concebida no momento em que nós não tínhamos, como foi dito pelo técnico  
696do DEFAP, não tínhamos ainda definido nem o ISNUC e nem o CUC, a legislação que caracteriza as  
697categorias de unidade de conservação. E hoje nós temos um conflito permanente naquela região.  
698Então, uma proposta de uma APA que se preocupa com a preservação do meio ambiente, com a

699conservação do meio ambiente, que a preservação está assegurada nos 9.000 hectares da reserva  
700biológica, acho que pode ser muito bem considerada e muito bem avaliada, com a proposta também  
701da desafetação de áreas que já são urbanas, completamente urbanizadas. Vem acho que a contribuir  
702grandemente para conservação dessa região, para a conservação dessa área. Acho que o  
703CONSEMA e a Câmara Técnica tem que avaliar mesmo, novamente essa nova proposta, mas tenho  
704certeza que a idéia da concepção dessa proposta do DEFAP e da SEMA é de conciliar a ocupação  
705que já existe na região, mas na área, com a preservação do meio ambiente. Garantindo naqueles  
7069.000 hectares que efetivamente haja a preservação do meio ambiente. Acho que esse é o enfoque  
707principal, garantir a preservação e o uso ordenado na APA. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Júnior:**  
708Eng. Luiz., o senhor poderia nos dar uma idéia desses 8.000 hectares, que nessa proposta seriam  
709retiradas do Parque e transformadas em APA, em que consiste essas áreas? **Sr. Luiz Alberto**  
710**Carvalho Júnior:** As áreas que formam esses 8.000 hectares são áreas continentais de banhado,  
711são ilhas com florestas, todas as ilhas que vêm ajusante do rio, com a formação das ilhas que estão  
712aqui. São as ilhas preservas próxima a Pintada. Seriam essas ilhas e alguns canais. **Sr. Sérgio Luiz**  
713**de Carvalho Leite:** Se essas áreas em sua maioria são áreas de preservação permanente, segundo  
714o Código Florestal, qual o empecilho que teria de incluí-las na reserva? Elas já são legalmente,  
715segundo o Código Florestal, por ser margem de rio, por ser vegetação de Mata Atlântica, enfim, teria  
716uma série de instrumentos legais para protegê-las, para considerá-las como área de preservação  
717permanente. Elas não poderiam ter uma utilidade com impacto ali. Qual o motivo de retirá-las da  
718áreas da reserva? **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Justamente o contrário, essas ilhas, esses  
719continentes, as florestas que eu citei vão ficar dentro da reserva biológica. É o motivo que deve ser,  
720até respondendo a sua pergunta, talvez o motivo que estamos hoje procurando fazer isso seja o  
721mesmo motivo que criou o Parque, em uma área que também, normalmente, é protegida até senão  
722fosse Parque. **Sr. Presidente:** Luiz, eu acredito que houve uma confusão. A pergunta do Conselheiro  
723Luiz é: quais as áreas que foram desafetadas. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Acho que não  
724estamo-nos entendendo. Vamos tudo de novo: segundo a proposta, pelo que eu entendi, 9.000  
725hectares seria uma reserva biológica e 8.000 que segundo foi aprovado pelo CONSEMA, mais os  
7269.000, os 17.000 seriam o Parque. Por que esses 8.000 que não serão incluídos na reserva biológica,  
727a pergunta que eu fiz é que áreas são essas desses 8.000? Aí tu me respondeste daquela maneira.  
728**Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Essas são áreas, como mostrei na imagem do satélite, grandes  
729áreas de plantação de arroz, tanto no alto como no baixo, e as áreas urbanizadas. Seriam essas  
730áreas. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu acho que isso tem que ser bem visto, eu estranho que  
731nós tenhamos 8.000 hectares de áreas urbanizadas em plantações de arroz. Eu acho que há muitas  
732áreas aí com vegetação natural e que já estariam protegidas pelo Código Florestal. **Sr. Presidente:**  
733Luiz, muito obrigado. Acreditamos que a contribuição foi significativa para o esclarecimento. E como  
734desdobramento nós, então, voltaremos a trabalhar com a Câmara Técnica de Biodiversidade na  
735discussão desse assunto. E de acordo com o que foi aqui exposto não há nenhum interesse que se  
736trate isso a portas fechadas. **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Obrigado pela atenção de vocês. **Sr.**  
737**Presidente:** Muito obrigado, Luiz. **3. Encaminhamento acerca da Questão da Capina Química.** Na  
738seqüência, um encaminhamento que é o Item IV da nossa pauta de hoje. Encaminhamento por parte  
739da Associação dos Municípios das Missões de uma solicitação a este Conselho nesse sentido de que  
740seja normatizada e, portanto, autorizada a capina química; ou seja, o uso de herbicidas para manter a  
741limpeza das ruas das Cidades. Aqui a Associação dos Municípios das Missões que encaminhou essa  
742proposta. Consulto o Plenário, encaminhamos à Câmara Técnica para análise dessa proposta?  
743Exatamente, consultando este Plenário acerca do procedimento em relação a essa proposição. **Sr.**  
744**Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Essa proposta tem outros detalhes ou simplesmente usa a  
745expressão *capina química*? Não especifica que tipo de princípio ativo poderia ser utilizado? Como,  
746que mão-de-obra seria utilizada, que aparelhagem seria utilizada? Porque capina química nós  
747poderemos fazer até com, é um absurdo, mas com um avião com herbicidas. Isso teria que ser  
748esclarecido. **Sr. Presidente:** Na verdade, aqui é um ofício com quatro páginas em que a Associação  
749dos Municípios das Missões justifica o porquê e em resumo, Conselheiro Sérgio, o que é solicitado  
750aqui é que seja de uma Portaria de 1994, senão me falha a memória, proibindo a capina química  
751como alternativa de limpeza em áreas públicas. Com base nisso os órgãos ambientais vêm negando  
752as solicitações de utilização dessa metodologia de trabalho. Sendo que, inclusive, existem algumas  
753ações contra Prefeitos pelo fato de terem utilizado essa prática. E face a isso, e, reiteradamente, na  
754FAMURS tem havido uma solicitação pelo representante que não está presente hoje, solicitações  
755reiteradas em relação a que se reveja o dispositivo legal que proíbe. E nesse expediente, Conselheiro,  
756inclusive existem argumentos que de alguma forma apontam como inconstitucional esse dispositivo

757legal. Ou seja, ele não teria validade. A discussão se dá nesse sentido. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho**  
758**Leite:** Inconstitucionalidade o fórum não seria aqui, não é? **Sr. Presidente:** Não seria. **Sr. Sérgio**  
759**Luiz de Carvalho Leite:** Eu acho que outro aspecto que deve ser considerado em toda essa análise,  
760inclusive encaminhamento à Câmara Técnica, é que a proibição da capina química valoriza muito a  
761mão-de-obra do Município. É um aspecto extremamente importante de cunho social que eu acho que  
762tem que ser levado em conta. **Sr. Presidente:** Que os prefeitos argumentam não ter recurso para a  
763contratação dessa mão-de-obra. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Eu sou representante da FEPAM, aqui  
764eleito para Conselheiro no CONSEMA, e, por coincidência, trabalho na área agrícola como agrônomo,  
765e com essa capina química. Gostaria só de fazer um esclarecimento aos Colegas. A capina química  
766foi proibida em 94 em vista de solicitações da população e uma grande preocupação da área da  
767saúde, em vista da intoxicação que as pessoas estavam sofrendo com essa aplicação, que é a  
768aplicação de um herbicida na cidade, que existe uma diferença. Tecnicamente qual a diferença da  
769aplicação na cidade e na agricultura? Na agricultura tu estás aplicando um herbicida sobre uma planta  
770e na agricultura 99% disso vai parar no solo e o resto atinge a planta. O solo é um organismo bastante  
771complexo, onde por meio das argilas vai completar esse herbicida, embora tenha uma certa  
772volatilidade. Então, a deserção no meio ambiente é bem mais rápida. Na cidade não existe nada  
773disso. No momento que tu aplicas no asfalto, primeiro efeito: com o solo vai ter uma volatilização alta,  
774ele vai dispersar e aumentar a chance de contaminar as pessoas. Não há nenhum tipo de solo para  
775reter minimamente isso, a primeira chuva vai levar isso tudo para dentro do sistema de drenagem  
776urbana, e além do outro todo perigo das pessoas. E o que temos tem toda essa proibição, ela é bem  
777expressa, é uma proibição expressa em todo o Estado e aí temos duas classes interessadas na  
778liberação: que são os prefeitos, premidos pela falta de recursos, talvez o fórum também não seja aqui,  
779assim como o Supremo lá em Brasília, e tem feito essa tentativa. Então, são as prefeituras e quem  
780está oferecendo esse serviço. E para as prefeituras claro que são as fábricas de agrotóxicos,  
781especificamente a Morro Santo e a Baspen e vendem dois produtos. Esse produto, em outros  
782Estados, são aplicados com menos restrições do que aqui. E a demonstração de inconformidade  
783dessas duas categorias tem-se acerbado bastante, inclusive eles já entraram na Justiça contra a  
784FEPAM, porque nós indeferimos a aplicação em rodovia, na 386. Essas empresas já entraram na  
785Justiça contra nós e perderam. Então, se é inconstitucional não sei, mas que é legal já foi julgada no  
786Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul como legal. O órgão ambiental tem competência para fazer  
787restrições e para fiscalizar essas restrições. Então, já estou fazendo aqui uma pré-defesa da Portaria  
788que está instituída, já está fazendo dez anos a portaria, e eu nunca ouvi ninguém da população aceitar  
789esse tipo. É claro, temos dentro da sociedade os diversos movimentos. Então, nesse sentido as  
790alternativas estão surgindo, como temos aquela alternativa da capina manual, com trabalhadores e  
791tudo isso que se falou, e ao mesmo tempo a indústria também é sensível e já existem equipamentos,  
792umas roçadeiras, não é bem uma roçadeira, mas é um escoldo para fazer isso, de algumas empresas  
793pequenas. E agora, atualmente, isso se popularizou e a maior empresa de implementos do Estado e  
794do Brasil, que é a Tramontina, acaba de lançar, na medida que existe essa demanda de necessidade  
795de fazer essa limpeza, então, temos mais essa alternativa. São métodos mecânicos, que é uma  
796roçadeira bem pequenininha, um tratorzinho bem pequenininho dotado de escovadeira. Aquilo que nós  
797vemos nos filmes americanos, uma baita máquina que vai varrendo e com isso tu tiras toda a  
798vegetação. Em vista até dessa demanda foram engenheiros de algumas empresas sensíveis a isso  
799que projetaram. Existem algumas roçadeiras em prefeituras que são feitas pelos mecânicos da  
800prefeitura, que é simplesmente pegar uma roçadeira da prefeitura e trocar as pulias, diminuir a  
801velocidade, ao invés de colocar uma roçadeira vão colocar um vassourão e tu passas varrendo as  
802ruas, faz o mesmo efeito e não intoxica ninguém. E agora temos no mercado isso, um preço,  
803digamos, acessível para uma prefeitura e vai exigir um a dois. Então, não sei qual o encaminhamento  
804que vai ser dado. **Sr. Marcos Palombine:** Eu sou um ex-Prefeito e já enfrentei esse problema frente  
805as minhas administrações. Normalmente os prefeitos solicitam o uso da capina química nas ruas com  
806calçamento, principalmente com paralelepípedo, que é difícil a capina mecânica. Eu seria da opinião  
807que esse assunto deveria ser encaminhado a um órgão técnico para emitir um parecer e até  
808sugerindo eventuais limitações de uso e em quais as áreas que deveriam ser usadas dentro do  
809perímetro urbano, e quais os herbicidas que poderiam ser usados; ou talvez até sugerindo uma outra  
810opção. Na realidade, o problema dos prefeitos não é somente economia de recursos, é a dificuldade  
811da capina nas ruas pavimentadas com paralelepípedos. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu me senti  
812bastante esclarecida com a palavra do representante aqui da FEPAM, o Eduardo Stumpf. Então,  
813considero que esse assunto não deveria ter vindo nem para a pauta do Plenário do CONSEMA, uma  
814vez que já existe uma portaria que não permite que isso seja feito. Deveria ter vindo de uma outra

815forma, com outro enfoque. Mesmo assim a AGAPAN fez uma série de considerações por acharmos,  
816obviamente, um absurdo a capina química em área urbana, em perímetro urbano, principalmente a  
817que se propõe, com onze itens. Se os senhores quiserem posso ler esses onze itens das nossas  
818considerações ou solicitar que se faça cópia e seja entregue aos Conselheiros, mas considero que  
819esse assunto não deveria ser objeto de pauta de discussão nesta Plenária, em função de que já existe  
820uma lei que proíbe. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Por parte já fomos contemplados pelo Palombine,  
821mas hoje no mercado também existem produtos alternativos, até herbicidas naturais. Eles são um  
822pouco mais caros, mas fazem o mesmo efeito dos outros. Eu acho que há muito anos se usava  
823produtos que hoje são proibidos, assim em 94 esses produtos não existiam e hoje já existem. Acho  
824que aí a própria FAMURS tem que ir um pouco à procura e talvez quando se debater esse assunto  
825colocar os tipos de herbicidas. E como o Ex-Prefeito colocou ali, em que ruas se aplicaria isso, porque  
826arrancar, como diz o italiano, aquele *arranpegão* do meio do paralelepípedo é impossível com o  
827vassourão, ou outro. E cada vez que tu cortares ele se cria mais, e isso eu falo como agricultor. **Sra.**  
828**Marta:** Eu sou funcionária da FEPAM e trabalho também no setor de agrotóxicos e temos trabalhado  
829com essa parte de capina química. Então, há várias prefeituras que têm feito o controle da vegetação  
830nas ruas por meio desse trator, que é são escovas que arrancam totalmente a vegetação sem  
831problema nenhum, conhecemos várias cidades que fazem isso. E não se tem conhecimento de  
832herbicida nenhum biológico. Então, herbicidas biológicos não se têm conhecimento nenhum. Então,  
833há muito que até dizem que tem no momento que pedimos: cite o nome, dê-nos; não nos dão. Então,  
834não há herbicida biológico disponível conhecido e há essa maneira, como o Eduardo já falou, de  
835controle da vegetação com essa máquina, que é uma escova, uma varredeira, eu chamo de  
836*varredeira*, das ruas que arranca totalmente a vegetação do meio dos paralelepípedos. E eu considero  
837que pensar nesse assunto seria um retrocesso para o meio ambiente. **Sr. Marcos Palombine:**  
838Contrariando a opinião da senhora aqui, eu sou ex-Prefeito, ruas têm todas elas, são niveladas,  
839uniformes, a escova não é eficiente, não funciona. Lá no meu Município tentamos a escova, há  
840problemas, há terra, há barro nas ruas, principalmente em municípios do interior. A realidade é bem  
841distinta da realidade de uma grande cidade, da realidade de Porto Alegre. Eu ainda defendo a tese de  
842que deve-se evitar o mais possível o uso de agrotóxicos, mas os prefeitos têm razão em buscar  
843alternativas viáveis para solucionar um problema urbanístico, um problema de limpeza da sua cidade.  
844**Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Acho que na análise dessa questão uma pergunta tem que ser  
845feita: por que fazer a capina? Qual o motivo que leva a fazer a capina? Parece-me que em alguns  
846casos o motivo é exclusivamente estético e cultural. E eu acho que isso também deve ser analisado,  
847enfim, às vezes é uma exigência estética da comunidade, porque não fica bonito, digamos assim, as  
848raminhas nascerem, pequenas plantas nascerem na junção de dois paralelepípedos. Enfim, acho que  
849isso também tem que ser analisado. **Sr. Presidente:** Como encaminhamento temos aqui duas  
850propostas já formuladas: uma do Conselheiro Palombine, representante da Secretaria da Agricultura,  
851para que se remeta à Câmara Técnica para uma discussão, inclusive endossada aqui pelo Sérgio  
852Luiz, que diz que além desse aspecto químico, deva ser considerado esses outros aspectos, aspectos  
853culturais; e temos uma proposição da Conselheira Edi de que esse assunto nem devia ter vindo a esta  
854Câmara para a sua discussão. Contudo, só uma pequena observação: acredito que a discussão  
855desse problema neste Plenário, nesse momento, dez anos depois, vamos assim dizer, da feitura  
856dessa portaria, acho que é bom a gente discutir sim, seja qual for o encaminhamento, a decisão acho  
857que é importante. Nesse sentido, não estou aqui tomando decisão, no enunciado do encaminhamento  
858coloquei a questão, temos duas proposições de encaminhamento neste Plenário. Se nenhuma outra  
859proposição nós tivermos vamos partir já para o encaminhamento final da discussão desse item.  
860Temos mais algum encaminhamento, Questão de Ordem dos Srs. Conselheiros? **Sr. Sérgio Luiz de**  
861**Carvalho Leite:** Quais são as duas? **Sr. Presidente:** Uma delas é que se esqueça, isso não deveria  
862nem ter vindo aqui, proposta da Conselheira Edi, representante da AGAPAN. A outra é que se remeta  
863às Câmaras Técnicas, possivelmente duas Câmaras Técnicas para atender a discussão, para  
864discussão da proposta encaminhada, nesse caso concreto, pela Associação dos Municípios das  
865Missões. Está assinado pelos prefeitos de todos os municípios, são 23 prefeitos. Então, mais alguma  
866proposição? Há necessidade de elucidação, ou algum Conselheiro quer fazer a defesa de uma ou de  
867outra proposição? Conselheiro Palombine. **Sr. Marcos Palombine:** Toda vez que o órgão público  
868responsável por tomar um a decisão se omitir, como é o caso da proposta de não debatermos o  
869assunto, não vai resolver o problema. Os prefeitos vão continuar usando agrotóxicos indistintamente.  
870Talvez sem orientação, que aí sim teremos um prejuízo para o meio ambiente. É preferível nós  
871regulamentarmos e dar um direcionamento, um ordenamento técnico para que os prefeitos possam  
872realizar o seu trabalho. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Preocupa-me muito que prefeitos



873estejam descumprindo a lei e estejam fazendo capina química. Isso é totalmente ilegal, irresponsável  
874e isso pode gerar processo. Então, temos que ter muito cuidado com as coisas, acho que temos que  
875ter muito cuidado, há uma lei, não estamos satisfeitos com a lei? Vamos ver a possibilidade de mudar,  
876o caminho é esse, é isso que os prefeitos estão tentando fazer e é legítimo. Se eles querem fazer a  
877capina química tentem mudar a lei, como o pessoal que queria continuar queimando o campo tentou  
878mudar a lei e não conseguiu. Agora, o que não podemos fazer é ficar dizendo: mas as pessoas fazem  
879isso; é proibido, mas não tem fiscalização e as pessoas continuam fazendo. Isso não pode acontecer,  
880isso acontece com queimadas, isso acontece muito na área de agricultura com queimada, com  
881irrigação, com transgênico, com caça. Lei é para todos e foi feita para ser cumprida, e os prefeitos  
882estão certíssimos em pedir a mudança da lei se eles acham que deve ser mudada. **Sra. Edi Xavier**  
883**Fonseca:** A AGAPAN está pedindo cópia do ofício para saber quais são os argumentos desses 23  
884prefeitos. **Sr. Presidente:** Eu acredito, Conselheira Káthia, que colocou bem no ângulo. É legítimo o  
885pleito dos senhores prefeitos, e nesse caso específico, acredito que seja exatamente essa a sua  
886observação, Conselheira, que está acontecendo. Ou seja, estão pleiteando, embora não tenha  
887nenhuma informação que o diga que estejam praticando, eles estão pleiteando. E considerando a  
888natureza jurídica do instrumento legal, é esse o fórum correto da procura, por quê? Não é uma lei, se  
889fosse uma lei teria que buscar a Assembléia Legislativa. Trata-se de uma portaria, portanto, este  
890fórum, e aí acredito que endossa a proposta do Conselheiro Palombine e encaminhe-se para a  
891discussão. Podemos, então, contendo duas propostas, encaminhar para votação? Alguma Questão  
892de Ordem, antecipando? Nenhuma. Encaminhamos, então, para votação a proposta do Conselheiro  
893representante da Secretaria da Agricultura, Conselheiro Palombine. Os Conselheiros favoráveis a que  
894se encaminhe para discussão dentro do espírito aqui enunciado tanto pelo Conselheiro Palombine,  
895quanto pela Káthia, que se manifestem levantando o cartão de votação. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só  
896para esclarecer: qual a proposta da Conselheira Káthia? **Sr. Presidente:** Proposta do Conselheiro  
897Palombine endossada no espírito dela pela Conselheira Káthia. Feita a contagem? (*Onze votos*).  
898Contrários? Abstenções? Portanto, vamos encaminhar para a Câmara Técnica de Agropecuária e  
899Câmara Técnica Jurídica, e de Biodiversidade também. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**  
900Há mais Câmaras Técnicas, aquelas Câmaras Técnicas de qualidade ambiental que trata mais dessa  
901parte de químicos. Teria que talvez essas câmaras técnicas tentarem trabalhar em conjunto. Na  
902verdade, acho que de Agropecuária, porque trata-se de agrotóxico, porque aí fica uma técnica de  
903biodiversidade e de qualidade ambiental. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** E na Jurídica, na  
904Agropecuária, não, estamos falando de uso urbano. **Sr. Presidente:** Tem razão o Eduardo. **Sr.**  
905**Eduardo Osório Stumpf:** Era isso: Biodiversidade, Qualidade Ambiental e Jurídica. **Sr. Marcos**  
906**Palombine:** Presidente, gostaria que também se levasse em consideração o fato dos perímetros  
907urbanos, porque em muitos municípios existem lavouras que já estão usando agrotóxico. **Sr.**  
908**Presidente:** De fato, há lavouras dentro das cidades. Encaminharemos, então, para as Câmaras  
909Técnicas de Biodiversidade, Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Jurídica, obviamente.  
910Encerrado esse assunto, então, registre, por gentileza, encaminhamento de cópia integral. Alguém  
911além da AGAPAN deseja receber? Sociedade de Engenharia, Secretaria de Educação, Secretaria de  
912Cultura, para o representante dos Comitês e Bacias, FEPAM. Vamos fazer o seguinte, faremos o  
913encaminhamento para todos os Conselheiros de cópia. **5. Aprovação da Resolução que Regula o**  
914**Pedido de Vista à Processos no CONSEMA.** Srs. Conselheiros, nós temos ainda dois pontos de  
915pauta, e um deles faço a explanação a fim de que não se gere uma expectativa, considerando a  
916natureza da informação que chega até nós. Considerando que a AGAPAN remeteu, conforme  
917solicitação da sua Conselheira representante, no início desta reunião, dois ofícios na reunião passada,  
918encaminhamos para a Câmara de Assuntos Jurídicos a questão relativa ao apontamento da questão  
919relacionada ao caráter do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Não-Me-Toque, assim como a  
920questão relacionada ao disciplinamento da condução dos processos de solicitação de habilitação por  
921parte do Conselho. Informo este Plenário que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se reuniu na  
922terça-feira, contudo, não teve *quorum*. Assim sendo, e aqui vale também para a proposta de resolução  
923que disciplina os pedidos de vista. Mesmo sem *quorum* a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
924opinou, contudo, parece-nos que seria de bom alvitre que nós mantivéssemos aquela prática que é  
925praxe. Ou seja, isso refiro-me até pela ênfase com que alguns representantes neste Conselho, alguns  
926Conselheiros do CONSEMA têm-se manifestado com ênfase nesse sentido, ou seja, de que a matéria  
927venha discutida e devidamente dissecada para que este Plenário possa, então, posicionar-se. Se este  
928Plenário julga pertinente que se faça a explanação, nenhuma objeção, contudo, existe essa  
929particularidade, que queremos que seja bem clara, bem transparente, para que qualquer que seja o  
930encaminhamento, que seja feito na clareza de como ele aconteceu. Então, as consultas formuladas

931 não tiveram *quorum*, a câmara técnica não teve *quorum*, e, portanto, de alguma forma estão  
932 prejudicadas. Consulto o Plenário: avaliamos ou não? **Sr. Sérgio Cardoso:** Eu acho que mesmo  
933 tendo a linha clara, de repente de um Conselheiro ou outro, mas acho que não podemos abrir o  
934 precedente. O precedente aberto, na verdade, terá que valer para todas as outras câmaras técnicas,  
935 aí nós perdemos o controle do quorum mínimo para cada câmara. **Sr. Presidente:** Concorda com o  
936 nosso raciocínio, é isso? **Sr. Sérgio Cardoso:** Sim. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação?  
937 Então, senhores, remetemos para a próxima reunião, tempo do qual a Câmara Técnica deverá se  
938 reunir. Nós faremos na sequência imediata, Srs. Conselheiros, uma nova comunicação às Entidades  
939 que têm representação e assentos, enfatizando a importância, até porque esse sim, a Conselheiro  
940 Kátia dizia no início da nossa reunião, é o órgão superior do setor ambiental do Estado. Portanto,  
941 acreditamos que isso deva ser respeitado. Portanto, retiramos de pauta esses três assuntos, e fica  
942 automaticamente remetido para a próxima reunião, para a reunião de fevereiro. Todos os  
943 Conselheiros têm o calendário de reuniões em mãos? Foi aprovado na última reunião e foi publicado  
944 já no Diário Oficial o calendário de reuniões de 2004. Então, será encaminhado para todos os  
945 Conselheiros. A próxima reunião será no dia 19-02-04, conforme deliberação bastante discutida aqui  
946 em dezembro. **6. Assuntos Gerais.** Inscrições para Assuntos Gerais. Temos na ordem: Conselheiro  
947 Sérgio, Conselheira Kátia, Conselheira Edi e Conselheiro Paulino. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só gostaria  
948 de tornar público que este ano, no Rio Grande do Sul, teremos o VI Encontro Nacional de Comitês de  
949 Bacias Hidrográficas, que vai ser no Hotel Serrano, nos dias 06, 07, 08 e 09 de junho. Isso, na  
950 verdade, traremos para o Rio Grande do Sul os mais de cem comitês do Brasil hoje já instituídos para  
951 fazer uma discussão da política nacional, no qual evoluímos de Aracaju, que foi o nosso encontro no  
952 ano passado. Nessa mesma linha também teremos o Encontro Estadual dos Comitês Gaúchos, que  
953 será na primeira quinzena de maio, com local que data ainda indefinido, que será feita até o final de  
954 janeiro. Na próxima reunião traremos as datas oportunas. Era só mais um esclarecimento e  
955 informação. Obrigado. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu vou aproveitar a estrutura da  
956 Secretaria Executiva do CONSEMA, e vou pedir depois, Rosaura, que tu repasses para todos os  
957 nossos Conselheiros o convite para o lançamento deste livrinho aqui. É uma publicação do Amigos da  
958 Terra, com o apoio do Amigos da Terra Internacional e WWUR Brasil, onde se tem os conceitos  
959 básicos do que hoje se chama de "Domínio Mata Atlântica no Brasil". Então, é uma leitura básica, não  
960 é para os universitários, Sérgio, e nós procuramos dar uma apresentação bonita e agradável porque  
961 realmente é muita informação para pouco texto. Ontem eu estive na Brigada Militar convidando o  
962 batalhão e o pessoal disse: uma foto de jabuticaba. Quem é no Rio Grande do Sul que conhece  
963 jabuticaba? Então, são pequenas coisinhas que nós tentamos contemplar. Esse livro tem dez mil  
964 exemplares que conseguimos fazer, em papel reciclado, conseguimos aqui a colaboração de todos os  
965 parceiros, desde a pessoa que fez a diagramação, que cobrou um preço simbólico, doação de  
966 fotografias. Então, é um material muito bom. Estamos fazendo o lançamento dia 27-01-04, em  
967 Canela, que é o nosso para pólo de ecoturismo. E aquelas instituições, eu vou entregar o livro para  
968 todas os Conselheiros na próxima reunião do CONSEMA, que têm bibliotecas ou como os Comitês de  
969 Bacias que são mais, podem fazer contato comigo por telefone e podemos providenciar a doação de  
970 um número maior de exemplares. E, se for o caso, fazer já a formalização da doação lá em Canela.  
971 Nós estamos fazendo contato com a Secretaria de Educação amanhã, na semana que vem com a  
972 Deputada Cecília Hypólito, no IBAMA, e estamos tentando agendar alguma coisa com o Secretário do  
973 Meio Ambiente para ver a necessidade de cada um, porque nessa solenidade vamos fazer uma  
974 entrega simbólica dos livros para essas instituições. O telefone dos Amigos da Terra para solicitar  
975 mais exemplares é 3332-8884, e depois eu te passo, Rosaura. Então, estão todos convidados. Aí  
976 vamos fazer uma relação para onde vamos mandar os livros, os livros são doados, estamos fazendo  
977 cinco mil folhetos, falando um pouquinho dos ecossistemas que compõem o domínio da Mata  
978 Atlântica. Eu vou fazer um informe aqui que eu fiz terça-feira para o Comitê Estadual da Reserva da  
979 Biosfera, porque são dois fóruns que discutem o assunto há muito tempo. Desde 97 se discute Rota  
980 do Sol no CONSEMA e no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera. Por iniciativa do CONSEMA nós  
981 tivemos uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa, onde foram comentados determinados  
982 assuntos e assumidos alguns compromissos que não foram cumpridos. A situação da Mata Paludosa  
983 está bastante crítica, sabemos que ela está secando em algumas áreas, em outras áreas, como não  
984 está mais havendo o fluxo de água de uma parte para a outra, uma parte está secando e a outra está  
985 alagando. Então, a vegetação está sendo impactada de duas formas. Não se consegue a  
986 transposição de fauna pela via, e nós sabemos que o DAER se nega a fazer qualquer alternativa,  
987 discutir e debater qualquer alternativa de mitigação desse dado, porque há, existe essa alternativa.  
988 Então, em respeito ao CONSEMA, todas as pessoas que acompanharam essa discussão, quero

989informar que vamos entrar com uma ação civil pública pedindo o embargo da obra. Nós poderíamos  
990ter feito isso lá em abril quando recebemos a denúncia, estamos desde maio tentando discutir o  
991assunto, debater alternativas com os órgãos oficiais, não conseguimos. O CONSEMA fez uma  
992Audiência Pública, no final da Audiência Pública ficou acordado que seria feito uma reunião em  
993conjunto DEFAP, IBAMA, FEPAM, ONGs, Comitês da Reserva da Biosfera e essa reunião nunca foi  
994convocada. Nós não temos outra alternativa, desde abril. Faço questão de deixar isso bem claro  
995porque vão-nos chamar de radicais, de intransigentes, de que não sabemos conversar, nós tentamos  
996conversar sim, desde maio do ano passado. Se vocês olharem as Atas do CONSEMA vão ver que eu  
997venho falando nesse assunto desde maio do ano passado. Nós vamos entrar com a ação civil pública,  
998é a primeira ação civil pública que a minha Entidade vai entrar. O nosso advogado retornou de férias.  
999Nós recebemos agora, ontem chegou no escritório, aquele material que a consultoria da Rota do Sol  
1000encaminha, que é uma análise de impacto ambiental, vou tirar muito subsídio desse material. E nos  
1001próximos dias vamos entrar com o pedido de embargo e vamos entrar com um pedido de  
1002responsabilização, a lei de crimes ambientais, pela omissão do Estado. Nós, como sociedade civil,  
1003temos que fazer isso, esse é o nosso papel. Nós tentamos conversar várias vezes. Custa-me dizer  
1004isso para vocês, nós tentamos conversar, não conseguimos. Então, vamos entrar, vamos entrar, não  
1005temos outra alternativa. E dessa vez a coisa vai ser mais rápida, porque não vai ser por meio da  
1006Procuradoria da República, nós já temos toda a base técnica para entrar, porque eu recebo o material  
1007do DAER, o CONSEMA recebe. Então, é só por uma questão de respeito, de consideração com as  
1008pessoas que durante tanto tempo vêm debatendo esse assunto nos órgãos ambientais, ou em outros  
1009setores da sociedade. **Sr. Presidente:** Só um esclarecimento para os Conselheiros, o material do  
1010DAER a qual a Conselheira se refere é o relatório trimestral que a Arte Engenharia, que é consultora  
1011do DAER para a área ambiental, encaminha a este Conselho e possivelmente cópia para outras  
1012instituições. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Nós estamos encaminhando dois ofícios, conforme solicitado  
1013pelos nossos representantes. Nós já havíamos mandado em 2002, mas estamos enviando  
1014novamente os nossos Conselheiros para compor a Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual  
1015de Meio Ambiente e os nossos representantes, aí sim é uma substituição, essa fala da Câmara  
1016Técnica Permanente de Gestão das Águas. Nós estamos substituindo, então, os Conselheiros. E  
1017quero dizer já que o pessoal aqui da Secretaria Executiva, a Rosaura já me informou que a AGAPAN  
1018recebeu a comunicação da reunião da Câmara Técnica de Gestão das Águas, os *e-mails* estavam  
1019corretos, da AGAPAN e dos Conselheiros, inclusive o nosso fax. Vou verificar porque não chegou, o  
1020fax tenho certeza que não chegou, o *e-mail* não deve ter sido aberto e porque os dois Conselheiros  
1021não vieram à reunião vou checar. Então, quero dizer que não foi uma falha da Secretaria Executiva,  
1022mas sim da AGAPAN, mas mesmo assim estamos encaminhando esses dois ofícios (CT 001-4 e  
1023002-4). O outro ofício que eu estou encaminhando à FEPAM, encaminho à FEPAM porque apesar da  
1024Káthia ter dito que agora a questão da Rota do Sol vai sair mais rápido porque eles vão entrar com  
1025uma ação civil pública, a nossa experiência, infelizmente, é negativa em ação civil pública. Uma das  
1026nossas ações civil pública levamos onze anos para ter alguma deliberação por parte da Justiça, que é  
1027a questão da importação dos crocodilos da espécie nelógica. Volta essa questão, Prof. Dilda, em  
1028função de que a AGAPAN gostaria de saber, porque essa ação já teve uma liberação no dia 12-11-02,  
1029tinha a Contraregis Equipamentos e Controle S.A. A Contraregis Animais Silvestres e o Estado do Rio  
1030Grande do Sul, que era o réu nessa ação, tinha um prazo de 120 dias para apresentar o EIA-RIMA  
1031para a FEPAM. Nós gostaríamos de saber se esse EIA-RIMA foi apresentado e em que situação está  
1032essa questão, porque da ação se passaram em 2003 onze anos, dois anos agora para a nova  
1033apresentação de EIA-RIMA. É aqui estamos anexando a cópia dessa sentença e uma reportagem que  
1034saiu no jornal Zero Hora, nos dias 24 e 25, agora, de dezembro de 2003, onde três jovens estavam na  
1035Austrália tomando banho em um lago e um deles foi comido por um crocodilo. Como vocês todos  
1036sabem que os nossos crocodilos da espécie nelógica estão localizados no litoral norte do Estado, em  
1037uma área onde tem as nossas lagoas. Então, gostaria de providências em relação a essa questão. **Sr.**  
1038**Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Em relação aqueles relatórios trimestrais que são recebidos, como  
1039nós, Conselheiros, poderíamos ter acesso? **Sr. Presidente:** Direto com a Secretária. O Conselheiro  
1040deseja cópia? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Desejo. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Como  
1041técnico da FEPAM gostaria de esclarecimentos sobre essa questão dos crocodilos. Então, quer dizer,  
1042existe uma decisão judicial obrigando, digamos, o Estado, ou os réus, a fazer um EIA-RIMA sobre  
1043aquela introdução. O representante do IBAMA não tem algum conhecimento? Porque, tecnicamente,  
1044o que eu me lembro é que na época existia alguma intenção do Estado de fazer a proibição da criação  
1045dos crocodilos e o IBAMA achou como subterfúgio transformar aquilo não em um criatório, mas em  
1046um zoológico. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Criatório é uma coisa e zoológico é outra coisa. **Sr. Antônio**

1047 **Ruas Neto:** Só um esclarecimento rápido: não me parece que tenha sido alternativa do IBAMA, isso  
1048 é alternativa dos proprietário de propor um zoológico, como é da Constituição, que uma vez só pode  
1049 fazer um zoológico de caráter privado obedecendo a legislação dos zoológicos. Acho, que na época  
1050 foi alternativa dos proprietário de utilizar essa possibilidade, o que em si não teríamos como contrariar.  
1051 Existem animais até potencialmente perigosos em todos os zoológicos do Brasil. **Sra. Edi Xavier**  
1052 **Fonseca:** Só para esclarecer, Eduardo. Foram dois empreendimentos: um aquele Zambese Zôo, que  
1053 era um zoológico que tinha algumas espécie de crocodilos, não só crocodilos, mas tinha um criatório  
1054 com 120 crocodilos para fins de exploração comercial, que foram importados de forma ilegal, como tu  
1055 bem deves saber. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Eu tenho uma dúvida: como está essa situação do  
1056 licenciamento das pocilgas, aviários e gado de leite? E se nós, em janeiro e fevereiro, vamos ter  
1057 reunião da Câmara Técnica da Agropecuária? **Sr. Presidente:** Duas observações: só para concluir a  
1058 questão dos crocodilos. Para decidir não fazer esse EIA-RIMA a empresa proprietária iniciou, só  
1059 vamos procurar atualizar os dados para ver-se já concluiu o fim do criatório, com a execução dos  
1060 animais. Acreditamos que já esteja desativado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Assim como nós oficiamos  
1061 a solicitação, a AGAPAN gostaria de receber essa informação por ofício também. **Sr. Presidente:**  
1062 Com certeza. Com relação às discussões relativas ao setor primário, basicamente, suinocultura,  
1063 avicultura, o processo de discussão do licenciamento por integradora, a pedido das integradoras para  
1064 o aperfeiçoamento, para uma adequação de uma proposta antes de ir para votação, saiu de pauta  
1065 em dezembro. Rosaura, Agricultura tem convocação já para realização de reunião? Conselheiro  
1066 Paulino, teremos uma reunião com as integradoras na segunda-feira, próxima segunda-feira, uma  
1067 reunião mais em nível de FEPAM, não é em nível de câmara técnica ainda. E deveremos, se for  
1068 necessário, fazer uma solicitação de uma reunião extraordinária em que antecipe essa reunião. **Sr.**  
1069 **Paulino Olivo Donatti:** Eu só queria acrescentar, porque o que se viu na última reunião da Câmara  
1070 Técnica é que hoje os produtores estão dispostos em dar a sua parcela, pelo que dá para perceber a  
1071 FEPAM está disposta em dar a suas parcela e as empresas estão fazendo corpo-mole. No início  
1072 estavam todas empolgadas, mas pelo que parece, nas últimas reuniões parece que elas estão  
1073 esfriando. Então, não sei como a FEPAM vai-se comportar e também como nós produtores vamo-nos  
1074 comportar, ou Entidades vão-se comportar perante isso. **Sr. Presidente:** A discussão vai acontecer  
1075 em nível de Câmara Técnica e virá para cá. Acredito sim, Conselheiro, que vai evoluir, vamos chegar  
1076 a um bom termo. Os resultados com socioambientais. Uma comunicação: o Conselheiro José Lauro  
1077 de Quadros justifica a sua ausência na reunião de hoje. E uma comunicação aos Srs. Conselheiros  
1078 relativamente a balneabilidade tanto na costa atlântica quanto nas águas doces, os 83 pontos que a  
1079 FEPAM monitora, a grande incidência de problemas que tem acontecido, basicamente, nos postos  
1080 hídricos inferiores. Então, temos aqui dos vários rios onde há fluxo de pessoas e que a FEPAM faz  
1081 análise das águas, pelos vários monitores, ele mantém o quadro anterior. É o caso de pontos do  
1082 Guaíba, é o caso do rio Jacuí, no Ibicuí, Jaguarí, Toropí, Rosário, na bacia hidrográfica do Uruguai,  
1083 temos problema, assim como do rio Caí e Rio Pardo. Então, temos aqui, digamos, em nível para fins  
1084 de raciocínio comparativo, o litoral norte é o que tem apresentado as melhorias mais significativas. O  
1085 litoral médio tem apresentado problemas, sobretudo, na Lagoa dos Patos, em Tapes, em Arambaré e  
1086 temos em Rio Grande, na praia do Cassino um ponto. Então, gostaria de fazer esse registro, trazer  
1087 como informação a este Plenário. Conselheiro Eduardo. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Eu gostaria de,  
1088 nessa minha primeira reunião, como representante do Quadro Técnico da FEPAM, tentar fechar o  
1089 raciocínio. O Sr. Cláudio Dilda, nosso Presidente do CONSEMA e da FEPAM, acabou de relatar  
1090 alguns pormenores relativo à balneabilidade. E no princípio da reunião discutimos saneamento. Então,  
1091 continuamos com as quatro áreas envolvidas: saúde, recursos hídricos, saneamento e meio  
1092 ambiente. Então, gostaria de propor, como primeiro ponto de pauta da próxima reunião, que o  
1093 Conselho começasse a discutir, ou pelo menos para esclarecer o inc. I, do art. 1º, das competências  
1094 do CONSEMA: *Ao Conselho Estadual do Meio Ambiente compete propor a política estadual de*  
1095 *proteção ao meio ambiente, promulgação do Governador, bem como acompanhado por*  
1096 *implementação.* Eu ainda na minha idéia de agrônomo que estuda meio ambiente, estamos falando  
1097 de tudo isso: recursos hídricos, saneamento; tudo isso se reúne na palavra *meio ambiente*, e na  
1098 discussão de uma política de meio ambiente, porque temos uma política nacional de meio ambiente,  
1099 mas uma federal de meio ambiente nos parece que não temos e que seria a reunião disso. Então,  
1100 gostaria de colocar, como ponto de pauta, a discussão do que é a Política Estadual do Meio Ambiente,  
1101 de quem é a competência, porque parece que está explícito que é do CONSEMA, e tentarmos fazer  
1102 essa articulação com as outras políticas. Eu acho todos os assuntos importantes, comecei a minha  
1103 vida de agrônomo me interessando pela água, comecei a estudar recursos hídricos. E eu continuo  
1104 achando que a coisa mais importante são os recursos hídricos, mas recursos hídricos dependentes

1105completamente do solo, da erosão, e assim tu começa a emendar e vai chegar na saúde das  
1106pessoas. Então, não há como dissociar; claro, no momento que tenho quatro sistemas é uma maneira  
1107de sistematizar, sistematizar de como vamos trabalhar com isso. Então, gostaria de fazer essa  
1108proposta de discutirmos Política Estadual do Meio Ambiente, tentando englobar os quatro sistemas.  
1109**Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu até fui conversar ali com a Rosaura para ter certeza  
1110que não estava enganada. Nós discutimos a Política Estadual do Meio Ambiente, ela foi aprovada já  
1111no CONSEMA. Então, o que tínhamos que fazer, Eduardo, na verdade, seria rediscutir, voltarmos a  
1112discutir, porque não lembro se foi em 99, em 2000, talvez até um pouco antes que discutimos isso no  
1113CONSEMA. Então, seria interessante passar por todos os Conselheiros a atual política para que se  
1114possa, então, retomar essa discussão na próxima reunião do CONSEMA. **Sra. Sandra Polino:** Só  
1115para lembrar que no dia 30, deste mês de janeiro, ocorrerá o Fórum Estadual de Lixo e Cidadania, em  
1116Capão da Canoa, na Prefeitura. Então, quem estiver veraneando e quiser aproveitar, esperamos que  
1117seja bem proveitoso esse encontro. **Sr. Presidente:** Continua à disposição a palavra. Srs.  
1118Conselheiros, considerando, então, termos vencido a pauta, agradecemos a presença de todos os  
1119senhores e nos reencontraremos a qualquer momento que os Srs. Conselheiros desejarem, mas  
1120como Plenário, então, no dia 19-02. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Já venham com as suas fantasias  
1121prontas. **Sr. Presidente:** Convite, então, da Edi, fantasiados. Declaramos encerrada a 60ª Reunião  
1122Ordinária do CONSEMA. (Encerra-se a reunião às 17h03min)